

A minha irmã Fernanda Nunes e meu Companheiro Marco André Machado, que foram fundamentais quando a dúvida e a incerteza persistiam nos momentos de tomada de decisão e, sobretudo, na concretização dos meus sonhos.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos, mesmo aos que indiretamente contribuíram para que eu chegasse até aqui. Não foi possível citar todos os nomes e nem que a ordem seja pelo grau de contribuição. A todos os meus sinceros agradecimentos.

A meus pais Valdeni Miranda Nunes e Dilma de Oliveira Bastos Nunes, que mesmo distantes não deixaram de estar próximo um só momento. Os verdadeiros responsáveis por tudo que sou hoje.

À minha irmã Fernanda de Oliveira Bastos Nunes, por um apoio incondicional, por muitas vezes ter feito dos seus sonhos os meus.

A meu querido namorado Marco André Machado, que eu escolhi para caminhar junto comigo, que sempre acreditou no meu potencial e me deu motivação pra eu continuar seguindo, mesmo nos momentos mais difíceis.

Ao Professor Ramsés Nunes, pelos seus ensinamentos pela confiança. Sua orientação foi essencial para concretização desse estudo.

As Professoras Anna Carla Queiroz e Esmeralda Sales, por aceitarem prontamente o meu convite para banca. Grata pela contribuição de cada uma e por fazerem parte da finalização dessa etapa de minha vida acadêmica.

Ao meu amigo Denys Salves, pela confiança no trabalho, pela amizade construída durante dois anos de convivência, pelos seus ensinamentos sobre a vida, por ser um exemplo de gestor e se humano.

A Professora Lúcia de Fátima Guerra e a Fernando Luiz Araújo Costa que me atenderam prontamente todas as vezes que os solicitei.

“A persistência é o melhor caminho para o êxito”
Charles Chaplin

RESUMO

O conjunto documental da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), de onde se dá o ponto de partida para essa pesquisa, adquiriu uma grande importância à medida que cresceu o número de pedidos de indenizações ao governo por parte de vítimas do regime militar. Por isso, o presente estudo tem como objetivo analisar a história da custódia do acervo da DOPS, no Núcleo de Direitos Humanos - NCDH da Universidade Federal da Paraíba – UFPB - Campos I, dimensionar os processos arquivísticos voltados para a custódia do acervo identificando as intervenções a partir de critérios arquivísticos e, por fim, diagnosticar o fundo documental da DOPS propondo uma intervenção e instrumentação do acervo. Diante do exposto, partimos do pressuposto hipotético de que a custódia do acervo da DOPS encontra-se nos parâmetros arquivísticos. Como resultado, percebe-se que, na Paraíba, a situação da preservação e acesso da documentação pública carece de medidas urgentes e o trabalho desenvolvido no Núcleo é de suma importância para o resgate dos direitos e preservação da história, pois proporciona proteção aos documentos, bem como, realizou atividades arquivísticas no acervo seguindo os parâmetros arquivísticos. Além disso, foi possível identificar que o catálogo é o instrumento de pesquisa mais adequado para a realidade do acervo, possibilitando acesso à informação e fácil localização dos documentos.

Palavras-chave: custódia; acervo do DOPS/PB; Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos

ABSTRACT

The set of documents from the Department of Political and Social Order (DOPS), where it gives the starting point for this research, has acquired great importance as it increased the number of compensation claims to the government by victims of the military regime. Therefore, this study aims to analyze the history of custody of the DOPS acquis, the Center for Human Rights - NCDH the Federal University of Paraíba - UFPB - Campos I, scale the archival processes geared to the custody of the acquis identifying interventions from archival criteria and finally diagnose the documentary background DOPS proposing an intervention and instrumentation of the acquis. Given the above, we start with the hypothetical assumption that the custody of the DOPS collection is in archival parameters. As a result, one realizes that, in Paraíba, the state of preservation and access of public documentation needs urgent action and the work of the Center is of paramount importance to the redemption rights and preservation of history, it provides protection to documents, as well as archival activities held in archival collections following the parameters. Furthermore, we found that the catalog is the most suitable for the reality of the acquis research tool, enabling easy access to information and locate documents.

Keywords: custody; collection of DOPS / PB; Center for Citizenship and Human Rights

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANL: Aliança Nacional Libertadora

AI: Ato Institucional

CCHLA: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes

CEDDHC: Conselho Estadual de Defesa do Homem e do Cidadão da Paraíba

CIPS: Centro de Informações Policiais e de Segurança

CONARQ: Conselho Nacional de Arquivos

CONSEPE: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

DEOPSE: Delegacia Especial de Ordem Política, Social e Econômica

DOPS: Delegacia de Ordem Política e Social

DOPSE: Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica

ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística.

MEC\SESU: Ministério da Educação / Secretaria de Educação Superior

NCDH: Núcleo de Direitos Humanos

NDIHR: Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Documental

LSN: Lei de Segurança Nacional

UFPB: Universidade Federal da Paraíba

SNI: Serviço Nacional de Informação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. UMA TEORIA PARA OS ARQUIVOS DA DITADURA	14
1.1 ARQUIVOS PERMANENTES E A FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA	16
1.2 ARQUIVOS INSTITUCIONAIS E MEIOS INSTITUCIONAIS DE CUSTÓDIA	20
2. DOPS: RAÍZES HISTÓRICAS	25
3. A DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL PARAIBANA E SUA HISTÓRIA	29
3.1 O PAPEL DO NDIHR NO ACERVO DA DOPS	30
3.2 O PROTAGONISMO TÉCNICO ESPECIALIZADO: LÚCIA GUERRA E O ACERVO DA DOPS	32
3.3 UM NOVO DIAGNÓSTICO À LUZ DA ARQUIVOLOGIA: NOVOS OBJETOS E FONTES	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICES	44
ANEXOS	67

INTRODUÇÃO

Com a evolução da escrita e da vida social, o ser humano passou a compreender melhor o valor da informação e, por conseguinte, os documentos passaram a ter uma importância vital. A partir daí, passou-se a agrupar os documentos resultantes de suas atividades em diversos suportes, o que fez surgir os arquivos, objetivando atestar a legalidade dos patrimônios e contar a história de seus povos.

Com isso, assegura-se a importância dos documentos para os cidadãos que compõem nossa sociedade e, por conseguinte, para os pesquisadores, assegurando a disponibilidade da informação ao longo da história.

Infelizmente, não é assim que ocorre com nossos arquivos, e não é surpresa o fato de que boa parte da documentação de caráter público foi suprimida dos arquivos, destruída ou mantida sob custódia de propriedades privadas. Foi o que aconteceu com a documentação correspondente ao período militar no Brasil de 1964 a 1985, período esse que se caracterizou pela falta de democracia, supressão dos direitos constitucionais, censura, perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar, fazendo com que muitos documentos fossem extraviados de sua origem, como discutido em Brito *et. al* (2009).

Levando-se em conta que a documentação de qualquer arquivo institucional ou pessoal passa por crivos e seleções, a partir das mais diversas motivações, o conjunto documental do DOPS¹, de onde se dá o ponto de partida para essa pesquisa, apresenta inúmeros interessados em destruí-lo na tentativa de apagar rastros do passado.

A busca aos arquivos relacionados com a ditadura militar foi intensificada à medida que cresceu o número de pedidos de indenizações ao governo por parte de vítimas do regime militar. A utilização do arquivo do DOPS nesse processo de comprovação da violação dos direitos individuais tem uma grande importância, já que a mesma era responsável por reprimir os opositores ao regime militar.

Muitos documentos relacionados com a ditadura militar se perderam, entretanto os documentos restantes são muito importantes para a história das instituições e da sociedade brasileira, pois, de acordo com Le Goff (1996, p. 103) “o documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (...) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente”.

¹ O Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), criado em 1924, foi o órgão do governo brasileiro, utilizado principalmente durante o Estado Novo e mais tarde no Regime Militar de 1964, cujo objetivo era controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder.

As discussões acerca da abertura dos arquivos da Ditadura militar no Brasil estão em pauta, portanto, torna-se extremamente relevante uma reflexão das condições em que os arquivistas, pesquisadores, e público interessado, encontram nesses acervos documentais.

O interesse pela temática teve origem por nosso fascínio na leitura de livros e relatos presentes em outros meios de comunicação, que demonstram experiências bem distintas resultantes desse período conflituoso da História do Brasil. A necessidade de uma maior compreensão sobre o tema manifestou-se durante a participação na palestra, já como graduanda em Arquivologia, “Repressão e Resistência na Paraíba: compartilhando memórias”, organizada pelo Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) do Centro de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal da Paraíba. Foi nessa ocasião que obtivemos conhecimento da existência do acervo da DOPS e alguns questionamentos vieram à tona relacionados ao entendimento de como o Núcleo obteve a custódia do acervo e como foi constituído. Então surgiu o interesse em elaborar um trabalho monográfico a respeito do tema.

Por isso, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a história da custódia do acervo da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), no Núcleo de Direitos Humanos - NCDH da Universidade Federal da Paraíba – UFPB - Campos I. E como objetivos específicos dimensionar os processos arquivísticos voltados para a custódia do acervo da DOPS paraibana e identificar as intervenções a partir de critérios arquivísticos; assim como refletir sobre a requisição e integração da documentação ao fundo documental da DOPS na Paraíba; e, por fim, diagnosticar o fundo documental da DOPS atrelado ao NCDH propondo uma intervenção e instrumentação do acervo.

Da mesma forma, acabou por potencializar a seguinte problemática: como entender a história da custódia no acervo da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, no Núcleo de Direitos Humanos – NCDH da Universidade Federal da Paraíba – UFPB – Campus I?

Diante do exposto, partimos do pressuposto hipotético de que a custódia do acervo da DOPS encontra-se nos parâmetros arquivísticos.

A efetivação de nosso interesse de pesquisa se utilizou de uma abordagem qualitativa. Além disso, optou-se por uma pesquisa exploratória e descritiva, visando proporcionar uma maior familiaridade com o problema.

Sendo assim, a satisfação alcançada no desenvolvimento deste estudo foi inteiro para esta pesquisadora, na intenção de ser um estímulo a continuar nossos estudos.

Além dos motivos expostos, acreditamos que este trabalho contribua para a sociedade como um todo, neste caso particular a sociedade paraibana, no sentido de promover uma protagonista que batalha para dar acesso a esse tipo de informação, garantindo a memória e o resgate dos direitos.

Desse modo, o trabalho se encontra dividido em 3 (três) capítulos: o primeiro capítulo apresenta uma teoria para os arquivos da ditadura, detalhando a função arquivística dentro de um arquivo permanente e a custódia em arquivos institucionais; o segundo, contextualiza o surgimento da DOPS em âmbito nacional e discorre sobre seu arquivo, gerado durante os anos de repressão; o terceiro e último capítulo detalha a atuação da DOPS em âmbito local, bem como seu arquivo, a atuação do NDIHR como entidade arquivística e custodiadora do mesmo e o protagonismo de Lúcia Guerra na organização desse acervo.

1. UMA TEORIA PARA OS ARQUIVOS DA DITADURA

Para a efetivação dessa pesquisa foi necessário refletir sobre as indagações a respeito de universo e amostra, que foram de cunho importante para essa pesquisa. De acordo com Fachin (2003, p.115), “o universo é o conjunto sobre cujos atributos vão indiciar a investigação e, por isso, se transformarão em fonte de informação”. Nesse sentido, entendemos que o universo desta pesquisa foi o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba constituído por seus recursos humanos e materiais.

Lakatos e Marconi (2009, p.165) definem amostra como sendo “uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”. Para Gil (2007), é uma pequena parte dos elementos que compõem o universo. A amostra dessa pesquisa foi selecionada por conveniência da pesquisadora e se define como não probabilística intencional, que segundo Lakatos e Marconi (2009, p. 226) “não faz uso de uma forma aleatória de seleção, não pode ser objeto de certos tipos de tratamento estatístico”.

Triviños (2008) exemplifica que a pesquisa qualitativa não precisa apoiar-se na informação estatística para garantir sua representatividade e, portanto, baseando nesse aspecto e, levando em consideração a contribuição do acervo da DOPS para o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, evidenciando a importância deste arquivo. Portanto, utilizamos uma amostra pequena em termos numéricos, mas bastante substanciais em termos qualitativos.

Portanto, a amostra que foi analisada neste trabalho é constituída por todo o acervo da DOPS na Paraíba, contendo 6.535 fichas e 60 pastas de processos, perfazendo um total de 21 caixas-arquivo custodiada pelo NCDH, pela professora coordenadora do Núcleo, Dr^a Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, pela sua interação e conhecimento dos fatos, e por Fernando Luiz Araújo Costa, bolsista e estagiário do Núcleo.

Para uma pesquisa qualitativa estar completa é necessário à utilização de técnicas que auxiliam no processo de compreensão do fenômeno estudado. Michel define técnica como sendo.

Instrumentos utilizados para coleta dados e informações, visando à análise e a explicação de aspectos teóricos estudados. São ferramentas essenciais para fidelidade, qualidade e completude da pesquisa. Sua elaboração e aplicação devem seguir critérios técnicos rigorosos que não comprometam a qualidade dos resultados (MICHEL, 2009, p. 64).

O pesquisador faz uso de instrumentos de coleta de dados, permitindo que informações sejam mais fidedignas possíveis, garantindo assim confiabilidade à pesquisa. Triviños (2008) entende que na pesquisa qualitativa a coleta e análise dos dados são vitais tanto pela coleta em si como pelo constante retorno do pesquisador às informações se assim for necessário, até o esgotamento das preocupações, contemplando o processo integralmente.

Diante do exposto, contemplando o objeto de estudo, esta pesquisa se deu pelo uso de coleta de dados do tipo observação livre, permitindo o pesquisador fazer as devidas observações espontaneamente e pela entrevista aberta, semelhante a uma conversa entre duas ou mais pessoas seguindo tópicos.

Mediante o exposto a observação livre, conforme Triviños (2008, p. 153), “satisfaz as necessidades da pesquisa qualitativa. [...] da prática manifesta do mesmo e a ausência total ou parcial de estabelecimento de pré-categorias para compreender o fenômeno estudado.” Assim a observação facilita a análise qualitativa da situação da instituição.

Contemplando a coleta de dados foi aplicada à entrevista despadrionizada ou não estruturada, revelando ainda mais sua percepção com o problema apresentado, Lakatos e Marconi define esse tipo de entrevista como:

O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente a questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal (LAKATOS e MARCONI, 2009, p. 199).

Sendo assim, para aprofundar a pesquisa qualitativa o estudo também foi baseado na metodologia da história oral, recorrendo à memória como fonte principal, constituindo um diálogo do presente com o passado; entende-se que a história oral como afirma Delgado:

É um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versos e interpretações sobre a história em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro depoimentos sobre essa história vivida. (DELGADO, 2006, p. 15)

O debate sobre a inserção da história oral no Brasil interessa quanto ao mecanismo reflexivo sobre as relações entre o conhecimento formal e acadêmico, com isso Meihy elege uma definição capaz de sintetizar os elementos que constituem a história oral:

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais e tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas. (MEIHY, 2007, p. 15).

Para atender aos propósitos desta pesquisa com relação ao tema investigado, a entrevista realizada foi do tipo temática, pois “esta versa prioritariamente sobre a participação do entrevistado no tema escolhido” (ALBERTI, 2013, p.37).

Para conclusão da coleta de dados a entrevista foi aplicada à professora Dr^a Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, responsável pelo Núcleo, e a Fernando Luiz Araújo Costa, bolsista e estagiário do Núcleo.

1.1. ARQUIVOS PERMANENTES E A FUNÇÃO ARQUIVÍSTICA

Antes de discutirmos acerca dos arquivos permanentes, é necessário definirmos a Teoria das Três Idades e a divisão do ciclo vital dos documentos proposta pela mesma.

A Teoria das Três Idades surgiu para sistematizar a passagem de documentos do “arsenal da administração” para o “celeiro da história”. Esta teoria divide o ciclo vital dos documentos administrativos em três fases: corrente, intermediária e permanente; cada fase é caracterizada pela frequência e tipo de utilização que é dada ao documento (BELLOTO, 2009, p. 23).

A fase corrente abriga os documentos durante seu uso funcional, administrativo e jurídico. Como definido por Lopes, os arquivos correntes são:

Os conjuntos montados nos setores de trabalho, em decorrência das funções e atividades exercidas e da necessidade de mantê-los no local por razões administrativas e técnicas. Em alguns casos, a frequência de uso desses documentos é grande. Em outros, a tramitação dos dossiês ainda não está encerrada; está-se aguardando a complementação de informações ou a finalização das atividades responsáveis pela sua existência (LOPES, 1994).

A permanência dos documentos nesse tipo de arquivo depende de sua tipologia/função e, principalmente, sua vigência (BELLOTTO, 2009, p. 24).

A segunda fase (intermediária) é composta de documentos que são conservados por razões de ordem administrativa, legal ou financeira, mas que têm um uso menos freqüente que os da primeira idade (SOUSA, 1997). Ou seja, esses documentos já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativa, mas ainda podem ser necessários a seu produtor. Esses documentos são armazenados em um arquivo que já concentra papéis de vários órgãos, sem misturá-los. Nessa fase os documentos são submetidos às tabelas de temporalidade, que são elaboradas por comissões de avaliação, onde os arquivistas, com o apoio de administradores, juristas e historiadores, determinam os prazos de vigência e vida de cada documento, bem como fixam critérios e justificativas para eliminar certos papéis desnecessários. Os papéis que não forem eliminados passam a ter valor permanente e se tornam documentos históricos (BELLOTTO, 2009, p. 24).

A terceira idade é composta por processos que perderam todo valor de natureza administrativa e que se conservam em razão do seu valor histórico e documentário e que constituem os meios de conhecer o passado do país e sua evolução. Ela inicia-se com uma operação denominada por Bellotto (2009, p. 24) como “recolhimento”, na qual os papéis são conduzidos a um local de preservação definitiva, os chamados arquivos permanentes.

No Brasil, conforme Jardim (1995), uma das primeiras definições para arquivos permanentes e de valor histórico foi dada no anteprojeto de sistema nacional de arquivos e dizia que:

“consideram-se documentos históricos e de valor permanente, todos os livros, papéis, mapas, fotografias, ou qualquer espécie de elemento informativo, independentemente de sua forma ou características físicas, produzidos, elaborados ou recebidos por instituições públicas ou privadas, em conformidade com suas atribuições legais ou em virtude de suas transações e conservados, ou adequados a tal fim, por essas instituições ou seus legítimos sucessores, seja como prova de suas funções, diretrizes, normas, realizações ou atividades, sejam em atenção ao valor informativo dos dados que nos mesmos se contenham”. (Anteprojeto de criação do Sistema Nacional de Arquivos, art. 1º, parágrafo único)

De acordo com a Lei nº 8.159/91 no art. 3º, “consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados”. Ainda a referida Lei diz que “os documentos de valor

permanente são inalienáveis e imprescritíveis”. Já o Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 34) define arquivo permanente como um “conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor”. Sendo assim, a função primordial dos arquivos permanentes ou históricos, para Marilena Leite Paes, é:

“[...] reunir, conservar, arranjar, descrever e facilitar a consulta dos documentos oficiais, de uso não-corrente, ou seja, concentrar sob sua custódia, conservar e tornar acessíveis documentos não-correntes, que possam tornar-se úteis para fins administrativos, pesquisas históricas e outros fins” (PAES, 1997, p. 121)

Já para Belloto (2009, p. 23), a função dos mesmos é “recolher e tratar documentos públicos, após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados”.

O fundo de arquivo é um universo arqueológico a identificar analisar de modo a preservar sua organicidade, sua integridade física e a disseminação da informação. A arquivística no âmbito dos arquivos permanentes, não dispõe nem pretende dispor de tabelas universais preestabelecidas, no entanto não se pode dizer que não tenha doutrinas metodológicas próprias. Sendo um universo arqueológico, o fundo de arquivo é com raras exceções, um fundo caótico que lhe imprimiram o tempo e o desuso em que caíram seus elementos. Assim o trabalho de arquivo, especialmente quando se trata de acervos históricos no sentido da descoberta, é invariavelmente fascinante (BELLOTO, 2009).

Bellotto (2009, p. 26) nos alerta que os documentos tem sido destruídos diariamente nas diferentes instâncias governamentais, por desconhecimento de sua importância para o posterior estudo crítico da sociedade que o produziu. Para evitar esse tipo de problema, é necessário que os responsáveis pelas políticas de informação/documentação estejam cientes de que, uma vez cumprida a razão administrativa pela qual um documento foi criado, este não se torna automaticamente descartável. O Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 66) define descarte como “exclusão de documentos de um arquivo após avaliação”, ou seja, o descarte não pode ocorrer sem antes se consultar as autoridades arquivísticas do nível administrativo. Aqueles documentos que não serão descartados possuem valor permanente e devem ser, no devido tempo, recolhidos a entidades que, de direito, se encarreguem de seu registro, acondicionamento, ordenação, descrição, indexação e, se for o caso, preservação e difusão (BELLOTO, 2009, p. 26).

O princípio da proveniência norteia a constituição dos fundos de arquivo. Marilena Leite Paes diz que:

“Ao tratar a documentação de uso não-corrente, o arquivista obedecerá à *proveniência* dos arquivos, princípio básico da arquivologia, segundo o qual devem ser mantidos reunidos, num mesmo *fundo*, todos os documentos provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivo.” (PAES, 1997, p. 123)

O Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 136) diz que o princípio da proveniência é o “princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras”. Seguindo esse princípio, Belloto (2009, p. 28) diz que “o documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu”.

Em um arquivo permanente, construído obedecendo-se ao princípio da proveniência, um arquivista poderá realizar a operação denominada “descrição de documentos”, através da qual este deverá se preocupar em propiciar aos historiadores os elementos identificadores e rastreadores de informações, como: autoria, caracterização das tipologias de documentos, a função implícita, os assuntos, as datas (tópica e cronológica). Estes elementos servirão como instrumentos de pesquisa para o historiador, possibilitando que os arquivos sejam utilizados como fontes primárias da história (BELLOTO, 2009, p.30).

Desta forma, os arquivos são reunidos em um órgão central com o objetivo de torná-los acessíveis e disponibilizar aos usuários a experiência do passado, pois cada conjunto de documento representa um reservatório da experiência humana, que só poderá ser adequadamente utilizada se estiver racionalmente arranjada e conservada. (PAES, 1997, p. 122)

Ainda na concepção da autora citada anteriormente, “o trabalho de um arquivo só se completa com a elaboração de instrumentos de pesquisa, que consistem na descrição e na localização dos documentos no acervo”. Esses instrumentos de pesquisa tem o objetivo de tornar o acervo acessível, bem como divulgar o conteúdo e as características dos documentos. Os instrumentos de pesquisa que podem ser utilizados em um arquivo são: guia, inventário, catálogo e repertório. (PAES, 1997).

1.2. ARQUIVOS INSTITUCIONAIS E MEIOS INSTITUCIONAIS DE CUSTÓDIA

A concepção das instituições arquivísticas, utilizada até hoje, surgiu em 1979, na criação do Arquivo Nacional da França, estabelecimento central dos arquivos do estado, ao qual foram subordinados os depósitos existentes na província, onde seriam recolhidos os documentos de diferentes instituições produzidos pelos diferentes níveis da administração. Esse modelo foi amplamente reproduzido na Europa e nas Américas, estabelecendo um modelo institucional que permaneceu até meados do século XX (FONSECA, 2005).

Rodrigues (2004, p. 89) destaca que “a partir daí, outros países foram paulatinamente criando seus nacionais, mas com enfoque mais voltado para a pesquisa histórica do que para dar à administração, suporte e transparência”.

Segundo Franco e Bastos (1986) apud Fonseca (2005):

Historicamente, a formação dos arquivos nacionais acompanha com relativa precisão a história da formação dos Estados nacionais (...). Compreendê-los é compreender a história da formação nacional e identificar os fluxos e dessintonias do estado moderno (...). A legislação de arquivos é um ensaio microadministrativo da realidade político constitucional de cada nação (FRANCO E BASTOS, 1986 apud FONSECA, 2005)

Os aspectos a partir dos quais se estabeleceu esse modelo, seja qual for à instituição arquivística como órgão responsável pelo recolhimento, preservação e acesso dos documentos gerados pela administração pública, segundo Fonseca (2005), podem ser resumidos da seguinte forma:

- Uma administração orgânica foi criada para cobrir toda a rede de repartições públicas geradoras de documentos;
- O Estado reconheceu sua responsabilidade em relação ao cuidado devido ao patrimônio documental do passado e aos documentos por ele produzidos;
- A proclamação e o reconhecimento do direito público de acesso aos arquivos.

Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus tem co-responsabilidade no processo de recuperação da informação, tendo como objetivo a divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como testemunho jurídico e histórico. O objetivo comum dessas instituições é recolher, tratar, transferir e difundir

informações através de procedimentos técnicos diferentes. A diferenciação entre essas instituições é feita através a partir da própria maneira pela qual se origina o acervo e também do tipo de documento a ser preservado: a biblioteca armazena os impressos ou audiovisuais resultantes atividades cultural e técnica ou científica; já o arquivo armazena material de uma gama muito mais variável, como documentos históricos, relatórios impressos de uma empresa e objetos utilizados como provas de um processo judiciário, oriundo de atividade funcional ou intelectual de instituições ou pessoas; o museu guarda objetos tanto de origem artística quanto funcional (BELLOTTO, 2009).

Ferreira (1995) afirma também que:

Embora não seja a única condição necessária para a democratização da memória histórica da sociedade, a organização e as condições de acesso às chamadas instituições oficiais da memória (arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação), como também aos arquivos de outras instituições se constituem em elemento fundamental nesse processo (FERREIRA, 1995, p. 57).

O arquivo tem a finalidade de praticamente ser o “*espelho da sociedade que os constitui, os conserva e os explora para fins administrativos, jurídicos, culturais, patrimoniais ou de pesquisa*” (ROUSSEAU & COUTURE, 1998 apud BELLOTTO, 2014), sendo que, o mesmo é constituídos pelas informações contidas nos arquivos das organizações privadas, dos órgãos públicos, das famílias, das pessoas, sejam os seus arquivos correntes, sejam os históricos.

A função primordial dos documentos institucionais é a de provar e a de lembrar, mas, hoje, os mesmos também são utilizados para entender e comunicar. “As duas primeiras prolongam o papel inicial fundamental dos documentos, as duas seguintes, introduzem uma noção mais vasta de informação, que expande o sentido do papel do documento” (DELMAS, 1996, p. 443 apud BELLOTTO, 2014).

“Os arquivos têm um sentido de serem instrumentos, de serem ferramentas.” (BELLOTTO, 2014, p. 8) ferramentas da cidadania (isto é, dos direitos e dos deveres dos cidadãos), ferramentas da historiografia (isto é, os documentos são os instrumentos de trabalho do historiador). Tudo isso, além de serem instrumentos indispensáveis da ciência, da tecnologia. Para efeitos da pesquisa histórica, os arquivos permanentes públicos são centros armazenadores do patrimônio documental, histórico e cultural de uma comunidade, de uma cidade, estado ou país. Logo, o público será composto pelos historiadores ou por profissionais cuja atividade possa demandar informações sobre

épocas anteriores, como jornalistas, sociólogos, cientistas políticos, etc (BELLOTTO, 2014).

No Brasil, o tratamento documental passa por diversos momentos distintos, através das diversas constituições federais: em 1824, é criado o Arquivo Imperial; durante as décadas de 1960 a 1980, os arquivos passam por um período de descaso e restrições; a Constituição de 1988 surge em meio a discussões sobre o acesso a documentos produzidos e acumulados pela administração pública, o que possibilita a criação de um novo patamar jurídico para o acesso à informação governamental (CÔRTEZ, 1996). Esse novo patamar resulta na Lei 8.519 de 08 de Janeiro de 1991, através da qual é criada a Política Nacional de Arquivos, que diz em seu Artigo 1º que “é dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação” (BRASIL, 1991).

Como mencionado anteriormente, durante a Ditadura Militar no Brasil, os arquivos passaram por um período de descaso e restrições, sendo que muitos acabaram suprimidos ou destruídos. Dessa forma, a instituição para melhor compreensão do fenômeno estudado nesse trabalho foi o acervo da Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS, cujo objetivo era controlar e reprimir movimentos políticos e sociais contrários ao regime no poder, que se encontra no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos vinculado à Universidade Federal da Paraíba.

Assim sendo, Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos² criado pela resolução Nº. 28/2006 do CONSEPE, inaugurado no dia 6 de julho de 2007. Situado à Central de Aulas, Bloco A – Campus Universitário I/UFPB – Cidade Universitária - CEP: 58.059-900 - Telefax: (83) 3216-7468 - JOÃO PESSOA-PARAÍBA - E-mail para contato: ncdh@cchla.ufpb.br.

O Núcleo é fruto de um longo acúmulo de experiências anteriores. Nasce com o propósito de reunir professores, alunos e funcionários da UFPB que atuam no ensino, na pesquisa e na extensão universitária em direitos humanos, para permitir uma melhor articulação e um melhor desempenho individual e coletivo.

O Núcleo é uma instância eminentemente interdisciplinar, que quer superar a departamentalização dos saber típica da Universidade; se orienta pelo princípio da indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão; reúne pessoas que compartilham a

² <http://www.ufpb.br/ncdh/>. Acessado em 14 de julho de 2014

mesma visão da importância social e relevância acadêmica do tema dos direitos humanos, mas respeita a pluralidade de opiniões, permitindo e fomentando o debate livre e crítico entre os seus membros. O NCDH está vinculado institucionalmente ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA, mas dele participam também professores, alunos e funcionários de outros Centros da UFPB. Mantém convênios com outras Universidades e instituições afins nacionais e internacionais. Possui uma sede própria com uma sala para a biblioteca “Enzo Melegari”, sala de reuniões, sala para computação, sala de aula e secretaria. O Núcleo se estrutura ao redor dos Grupos Temáticos, cujos representantes compõem o Conselho Técnico-científico, presidido por um Coordenador e um Vice-coordenador. E tem como objetivos:

- Desenvolver, de forma própria ou em colaboração com outros órgãos internos e externos à UFPB, programas e atividades de ensino, pesquisa e extensão em direitos humanos.
- Levantar e sistematizar as informações sobre recursos humanos e produção acadêmica existente na Universidade Federal da Paraíba;
- Fomentar a pesquisa em direitos humanos e divulgar a produção científica e o material didático produzido pelos membros do Núcleo ou de interesse do Núcleo;
- Realizar projetos e programas de extensão universitária em direitos humanos.
- Incentivar e melhorar a qualificação profissional em direitos humanos dos profissionais e militantes que atuam no setor público e privado na promoção e defesa dos direitos humanos;

O Núcleo pretende atingir o seguinte público:

- Professores, estudantes e funcionários das Escolas de ensino fundamental, médio e superior;
- Operadores de Direitos Humanos que atuam em entidades da sociedade civil (ONGs);
- Funcionários Públicos de órgãos públicos federais, estaduais e municipais;
- Setores populares da zona urbana e rural que sofrem pela ausência e/ou violação dos direitos humanos fundamentais.

Sendo assim, foi nesse ambiente dinâmico do arquivo que se deu o desenvolvimento dessa pesquisa e da identificação de um protagonismo efetivo na construção daquele acervo. É primordial delimitar um recorte histórico para o aprofundamento arquivístico.

2. DOPS: RAÍZES HISTÓRICAS

Os arquivos policiais na pesquisa histórica são antigos, ainda que evidentemente, desde o início do Império brasileiro a polícia tivesse, além da repressão social, também um papel de repressão política. Portanto, para falar sobre os arquivos produzidos pela repressão, é imprescindível fazer referência à repressão propriamente dita ou aos sistemas de informação, pois foi essa estrutura burocrática que produziu tais documentos.

A polícia política surgiu, primeiramente, durante o primeiro governo Vargas (1930-1945), e depois durante a ditadura militar. Segundo Bauer e Gertz,

Pode se dizer que as fontes desse período tratam de dois objetivos: num primeiro momento, sobretudo, da esquerda, cuja representação mais expressiva foi a Aliança Nacional Libertadora (ANL), fechada em julho de 1935, e que então, optou por uma tática insurrecional, que culminou no levante de novembro do mesmo ano. A partir daí, iniciou o período “áureo” da perseguição policial, que originou uma primeira leva de documentação sobre a repressão política (BAUER E GERTZ, 2012, p. 174).

Já na segunda fase de produção densa desse tipo de documentação, ainda segundo Bauer e Gertz:

Iniciou com a implantação das ditaduras civil-militares que vigoram da década de 1960 até 1980, não só no Brasil, mais em todo Cone Sul da América Latina quando a geração de informações passou a ter importância fundamental, pois através dos dados armazenados em arquivos militares e policiais orientavam-se as operações repressivas (BAUER E GERTZ, 2012 p. 175).

Um indício da importância das informações e de suas redes de circulação foi a criação, pela ditadura militar brasileira, do Serviço Nacional de Informação (SNI)³ três meses após o Golpe de março de 1964 com o objetivo declarado de “superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informações e contra informações, as que interessavam a Segurança Nacional”.

Nos arquivos resultantes da repressão, não houve uma preocupação especial com a documentação. Quando o Estado Novo entrou em decadência e acabou caindo, alguns locais onde havia documentos de origem policial do Estado Novo foram destruídos por

³ O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela Lei nº. 4.341, de 13 de junho de 1964, como um órgão da Presidência da República, com a finalidade de superintender e coordenar as atividades de informação. Entre as suas atribuições destacava-se a função de “estabelecer ligação direta com órgãos federais, estaduais e municipais e com entidades paraestatais e autarquias”, além de poder “requisitar a colaboração de entidades privadas”. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm Acessado em 02 de Jun de 2014

incêndios. Felizmente, para a pesquisa e memória históricas, documentos policiais, de vários outros estados, foram preservados, e em virtude da troca de correspondência, e outros tipos de escrita, entre policiais estaduais, tem os conseguido resgatar parte da documentação que foi destruída. Contudo, a discussão sobre a conservação, preservação e a disponibilidade dos arquivos da repressão foi fomentada na América Latina no final da década de 1980 com a consolidação dos regimes democráticos.

Em 1994, a UNESCO, junto com o conselho Internacional de Arquivos, formou uma comissão de especialistas (arquivistas e membros de organizações de Direitos Humanos) para refletir sobre a temática, oferecer recomendações para o tratamento dessa documentação, verificar os problemas enfrentados e as soluções buscadas e ainda elaborar um código ético e moral para a utilização das informações contidas nos arquivos, esses trabalhos foram terminados em 1995 e resultaram na apresentação de um intitulado *Los archivos de La seguridad del Estado de los desaparecidos regímenes represivo*. (BAUER E GERTZ, 2012).

Numa definição ampla de acordo com Bauer e Gertz (2012 p. 177), “*pode se afirmar que os arquivos da repressão são conjuntos documentais produzidos pelos órgãos de informação e segurança do aparato estatal em ações repressivas, durante períodos não democráticos*”. Ainda podem ser incluídos objetos seqüestrados junto com vítimas, no momento da prisão, e documentação produzida pelas organizações de Direitos Humanos em sua busca de informações sobre os atingidos.

Em sua maioria, os arquivos da repressão se compõem de registros elaborados ou incorporados a partir da ação policial cotidiana (fichas pessoais, depoimentos, prontuários, dossiês, relatórios, informações, ordens de busca e prisões etc.), mas também de documentos roubados ou de declarações tomadas em interrogatórios (BAUER E GERTZ, 2012).

Nessa conjuntura a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) foi um órgão criado antes do período da Ditadura Militar, com o intuito de repreender a vadiagem. Todavia, com a usurpação do poder pelos militares, a organização se deu com novas significações, com o objetivo de repreender os opositores do novo regime que se instaurava. Nas primeiras décadas do século, essas delegacias atuavam principalmente no sentido de realizar, como descrito por Motta (2006, p. 56-57), “*a investigação e repressão á vadiagem e aos estrangeiros perigosos, muitas vezes anarquistas ou organizadores do movimento embrionário*”.

A Polícia Política brasileira tem como raízes o Decreto nº 14.079, de 25 de fevereiro de 1920 (revogado em 1991⁴), durante o governo do presidente Epitácio Pessoa, foi criada a Inspectoria de Investigações e Segurança Pública. Subordinada a essa, existe a secção de Ordem Social e Segurança Publica que funcionaria sob responsabilidade imediata e a direção exclusiva da referida Inspetoria; instituição que amedrontaria os diversos grupos sociais durante a maior parte do século passado.

Art. 5º. III. A Secção de Ordem Social e Segurança Publica tem a seu cargo velar pela existência política e segurança interna da Republica, atender por todos os meios preventivos á manutenção da ordem, garantir o livre exercício dos direitos individuais, nomeadamente a liberdade de trabalho, desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades do anarchismo violento e agir com solicitude para fins da media de expulsão de estrangeiros perigosos.

As atribuições da polícia política brasileira tiveram como foco principal o empenho de combater as manifestações de caráter anarquista, atribuídas principalmente aos estrangeiros perigosos, o estado temia pelas agitações, e este receio era fundamentado pelo cenário internacional. Devido ao contato com estrangeiros as idéias anarquistas, anarcossidicalistas, e socialistas chegam ao Brasil, influenciando movimentos sociais e dando esperança de mudança para classes populares historicamente oprimidas (LUNA, 2007).

Após surgir fundamentalmente como uma alternativa de controle e repressão dos movimentos contestatórios ao nível local, a DOPS adquire um maior espaço, quando o presidente Vargas enxergou a DOPS um meio eficiente de ter em suas mãos o controle social e político. No entanto segundo Motta (2006, p.57), “*a existência de um forte departamento de polícia política com capacidade de atuar em todo país seria sentida como ameaça aos estados*”.

A DOPS se torna o principal órgão de repressão policial, sendo constantemente acionada em caso de desordem pública e social. Também data deste período a competência de prevenir e não mais apenas reprimir, sendo necessário criar vastos arquivos voltados ao controle social efetivo (LUNA 2007, p. 30).

Atualmente, os documentos que compõem os acervos provenientes das forças repressivas servem para atividades opostas a sua origem; agora podem ser usados para compensar as vítimas por arbitrariedades e violações de seus direitos, esses documentos

⁴ Fonte: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14079-25-fevereiro-1920-515945-norma-pe.html>

afetam de forma direta a sociedade em que foram produzidos e recuperados, porque principalmente no caso da ditadura militar, seus protagonistas ainda estão vivos e constituem fatos recentes da sociedade.

Podemos observar, na esfera dessa trajetória que o DOPS na Paraíba também delimita um campo de pesquisa ou reflexão importante que pretendemos inquirir.

3. A DELEGACIA DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL PARAIBANA E SUA HISTÓRIA

Os registros da Delegacia de Ordem Política e Social apontam que a mesma surgiu na Paraíba em 1935, durante o governo de Argemiro de Figueiredo, com o objetivo de vigiar, principalmente, os comunistas contrários ao governo que foram cassados e punidos pela LSN. Entretanto, a atuação da mesma era considerada ilegal pelos grupos de esquerda, já que a mesma não possuía uma Lei Estadual que a referendasse. Até que em novembro de 1935, a Assembléia recebeu o projeto de Lei nº. 65, de autoria de Otávio Amorim, oficializando a existência e atuação da referida delegacia no Estado. Nesse ano, a DOPS paraibana realizou dezenas de prisões, principalmente durante os meses de outubro e novembro, intensamente marcados por agitações sociais em todo o país, sendo realizadas greves, período marcado por protestos das classes populares e a Intentona Comunista (nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro), referenciada na DOPS paraibana como *Levante Comunista do Rio Grande do Norte* (LUNA, 2007).

A partir de 1964, a DOPS na Paraíba passa a atrelada ao Sistema Nacional de Informação, passando a funcionar como mais uma engrenagem, dentre tantas outras, que regulava em nome da Segurança Nacional, como evidenciado por Luna:

Durante a Ditadura Militar, a Delegacia de Ordem Política e Social deixa de ser o principal órgão de repressão nacional, devido principalmente à falta de confiança dos militares nas instituições civis. Neste sentido, a DOPS será atrelada ao aparato repressivo coordenado pelas Forças Armadas, fazendo parte de um complexo sistema de informações denominado SNI (LUNA, 2007, p. 37; 42).

No trabalho de Guanambi Luna (2007) e Costa (2014)⁵, encontramos as seguintes denominações: Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS – no ano de 1935; Delegacia de Ordem Política, Social e Econômica – DOPSE – em 1963; Delegacia Especial de Ordem Política, Social e Econômica – DEOPSE – início dos anos 1970; e Centro de Informações Policiais e de Segurança – CIPS – no período de 1979 a 1987. Estes órgãos foram ligados a Secretaria de Segurança Pública. Nesse trabalho nos referimos ao órgão sempre como a DOPS.

⁵ COSTA, Fernando Luiz Araújo. Entrevista 2 [25 de Junho de 2014]. João Pessoa, PB. Entrevista concedida à autora

A atuação da DOPS se torna mais rígida durante os “anos de chumbo” (1968 a 1972), pois nesse período aumentam os números de manifestações e contestações públicas organizadas pela classe estudantil. A resposta do governo veio em 13 de dezembro de 1968 através do Ato Institucional número 5 (AI-5), o quinto decreto emitido pelo governo militar brasileiro. Através desse decreto, que é considerado o mais duro golpe na democracia e deu poderes quase absolutos ao regime militar, entre outras coisas, fechou o Congresso, prendeu os setores oposicionistas e suprimiu as liberdades civis que ainda restavam, o que faz com que mais pessoas sejam presas e fichadas pelo DOPS:

É devido a este processo de enrijecimento do Estado Autoritário que percebemos um aumento expressivo de fichas cadastrais da DOPSE referentes a esse período. Inúmeros políticos e estudantes são fichados, principalmente de acordo com o AI-5 e o Decreto 477/69⁶ (LUNA, 2007, p. 51).

3.1. O PAPEL DO NDIHR NO ACERVO DA DOPS

Levando em consideração a reflexão do primeiro capítulo sobre a oralidade, foram realizadas entrevistas com a Professora Dr^a Lúcia de Fátima Ferreira Guerra, que possui doutorado em história social pela Universidade de São Paulo, professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba, coordenadora do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB e integrante da Comissão Estadual da Verdade e Preservação da Memória do Estado da Paraíba. E com Fernando Luiz Araújo Costa, estagiário e bolsista do Núcleo, foram levantados dados relacionados com a custódia⁷, requisição, integração, organização e constituição do acervo da DOPS e esses são analisados a seguir. Os entrevistados foram escolhidos devido à sua percepção e conhecimento do tema abordado.

Levando em consideração os dados obtidos, iremos fazer uma análise histórica do acervo da DOPS. Essa análise tem como objetivo mostrar como se deu o processo de custódia do mesmo ao Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos da UFPB.

⁶ O decreto 477/69 definiu infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares.

⁷ A custódia (custody) é assim definida pelo glossário da Norma ISAD(G): “A responsabilidade pela proteção de documentos baseada em sua posse física. A custódia nem sempre abrange a propriedade legal ou o direito de controlar o acesso aos documentos” (2000, p.14). Já no Dicionário de Terminologia Arquivística, a custódia é definida como a “responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade” (2005, p. 62).

Dessa forma, relatamos a importância do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), uma vez que foi ainda como integrante desse órgão que a professora Lucia Guerra obteve conhecimento do conjunto documental do DOPS. Assim sendo, de acordo com o relato da entrevistada o contato com a realidade arquivística paraibana se deu ainda na graduação como bolsista em projetos relacionados com a organização do arquivo histórico do Estado (FERREIRA, 2014).

Posteriormente, já como professora integrante do corpo docente da UFPB, foi atuar dentro do NDIHR e desenvolveu projetos na área de organização de acervos e fazendo um levantamento dos acervos que poderiam ser úteis para pesquisa histórica Paraibana. Atuou também nos acervos institucionais como o da arquidiocese da Paraíba e no Centro de Ciências Humanas Letras e Artes (CCHLA) nas décadas de 1980 e 1990, encontrando nesse acervo documentos referentes a professores da UFPB que haviam sido perseguidos durante a ditadura (FERREIRA, 2014).

Percebe-se então a inserção do historiador nos arquivos com o objetivo de utilizá-los com fins de pesquisa. Na Paraíba são raros os acervos que se encontram organizados, apesar de existir uma vontade política em diversas instituições no sentido de organizar os seus arquivos (FERREIRA, 1995). O curso de Arquivologia somente foi criado na Paraíba em 2006, então para que o historiador conseguisse desenvolver sua pesquisa, era necessário que o mesmo realizasse a organização do acervo dada a precariedade organizacional em que se encontravam.

Em 1992, o então governador Ronaldo Cunha Lima cria o Conselho Estadual dos Direitos do Homem e do Cidadão (CEDDHC)⁸, atualmente, Conselho Estadual de Direitos Humanos (CEDH). Na pressão dos Direitos Humanos após a Ditadura Militar, esse conselho reivindica que a documentação referente à ditadura seja localizada. Então, a documentação do DOPS foi localizada em um depósito dentro da Secretaria de Segurança Pública sem nenhum tipo de cuidado ou organização. O acesso aos documentos oficiais do período da Ditadura Militar no Brasil “ocorre de forma bastante limitada, devido as mais diversas causas, desde o descaso com a preservação, deixando-os em depósitos com todas as condições para a destruição “natural” dos documentos ou a destruição deliberada e imediata com a queima de documentos” (FERREIRA, 2013, p.2).

⁸ O Conselho Estadual dos Direitos do Homem e do Cidadão foi criado através da Lei Nº 5.551 de 14 de Janeiro de 1992 Fonte: <http://www.dhnet.org.br/w3/ceddhc/bdados/lei.htm>

Assim, o governador transfere essa documentação para o Conselho dando-lhe a custódia da mesma. Entretanto, como dito pela Professora Lucia Guerra⁹, este encaminhamento foi incorreto, já que a documentação foi produzida pelo DOPS, um órgão público, deveria ter sido encaminhada para o arquivo público do Estado, corroborando com o que Belloto afirma:

Os arquivos públicos, seja o nacional, seja os estaduais ou os municipais, recolhem obrigatoriamente documentos inativos gerados ou recebidos pelos respectivos órgãos constituintes, no nível de ministérios, secretárias e autarquias, respectivamente do Poder Executivo federal, estadual ou municipal (BELLOTO, 2009, p. 114).

Já em 1996, a Professora Lucia Guerra, já sabendo da existência dessa documentação, juntamente com um grupo de documentaristas, apresenta um projeto para a organização desse acervo, entretanto, o mesmo, por falta de verbas, não pôde ser realizado.

3.2. O PROTAGONISMO TÉCNICO ESPECIALIZADO: LÚCIA GUERRA E O ACERVO DA DOPS

Retomando o pensamento de Bellotto (2009, p. 35) onde afirma que “as principais funções dos arquivos e centros de informação é recolher, tratar, transferir e difundir informações”. Infelizmente, não é isso que acontece com boa parte dos arquivos das instituições públicas. Costa *et. al* alertam para essa questão:

Deparamos-nos com arquivos que na pratica são verdadeiros depósitos de papeis acumulados, afinal antes da expiração de alguns prazos de sigilo e do andamento de processos judiciais de resgate de direitos, esse tipo de documentação não era consultada nem para fins administrativos e nem por pesquisadores. Para as instituições públicas uma documentação como esta que não faz parte do arquivo corrente se configura, antes de tudo, em um problema de espaço físico, e acaba sendo tratado com descaso por não ter utilidade publica (COSTA *et. al*, 2007, p. 2).

Entendia-se que a custódia do acervo do DOPS em um órgão de direitos humanos representaria um ponto positivo na garantia dos direitos como também servir para pesquisa histórica. Entretanto, não se configurou com os problemas expostos acima, pois o acervo enfrentou mais de dez anos de abandono. Segundo Ferreira (1996), a preservação documental não é prioridade para a sociedade e que acervos considerados

⁹ FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Entrevista 1 [4 de Junho de 2014]. João Pessoa, PB. Entrevista concedida à autora

históricos são na realidade amostras que se salvaram do descaso, que vai do abandono da documentação ao seu descarte sem critérios.

Em 2006, a mesma já fazendo parte do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, aprova um projeto (com recursos do Edital do Programa de Apoio a Extensão – PROEXT/MEC/SESU, em 2010 e 2011) para os estudantes de Direito pesquisarem sobre a violência institucional do Estado. Foi aí, que sua atenção voltou-se novamente para o acervo do DOPS, uma vez que este órgão era a expressão da violência do Estado contra o cidadão. A partir daí, já tendo uma equipe que iam desenvolver o trabalho dentro do prédio do Conselho Estadual, outras dificuldades apareceram, pois o Conselho não tinha sede própria e mudou de local várias vezes ao longo desse período, o que provavelmente também contribuiu para perdas documentais, além disso, tinha problemas operacionais para entrar na sede¹⁰.

De acordo com o trabalho monográfico de Costa (2010), ocorreu um fato curioso relatado por um advogado que ocupou o cargo de presidente do CEDDHC, quando alguns militares e ex-militares levaram documentos do acervo, alegando que pertenciam a eles. Esse fato já nos dá uma ideia das lacunas temporais existentes nesse acervo.

Foi a partir daí que a professora Lúcia Guerra, junto ao Núcleo de Direitos Humanos, assinou um termo de custódia temporária para que essa documentação saísse do Conselho e fosse pra o Núcleo da UFPB. O Núcleo, assim, tornou-se a entidade custodiadora do acervo do DOPS, pois é a “entidade responsável pela custódia e acesso ao acervo” (NOBRADE, 2006, p. 14). Com isso, foi possível realizar um “mergulho” nos arquivos do DOPS trazendo à tona valiosas séries documentais com informações a respeito dos movimentos que o órgão se encarregava de reprimir (PEREIRA, 2013, 271)

A partir do trabalho de organização do acervo, como relatado por Ferreira¹¹ foram identificadas 6.583 mil fichas cadastrais e 679 processos de pessoas que eram consideradas subversivas pelo Governo Militar, totalizando 3,76 metros lineares, contendo dentro desses processos fichas que remetem a prontuários, memorandos, ofícios, informativos, recortes de jornal, processos administrativos, processos de investigação de pessoas, pedido de busca de apreensão e algumas fotografias dentro do

¹⁰ FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Entrevista 1 [4 de Junho de 2014]. João Pessoa, PB, 2014. Entrevista concedida à autora

¹¹ FERREIRA, IBID, João Pessoa, 2014

processo totalizando 21 caixas arquivo. Entende-se que é uma documentação pequena, se comparada a outros estados brasileiros, mas bastante representativa na forma de como o órgão agia, sendo ainda possível reavivar a história oficial, apesar de não ter sido possível encontrar todas as respostas desejadas.

Marilena Leite Paes defende que as atividades do arquivo permanente se classificam em quatro grupos distintos:

- 1 – Arranjo: reunião e ordenação adequada dos documentos.
- 2 – Descrição e publicação: acesso aos documentos para consulta e divulgação do acervo
- 3 – Conservação: medidas de proteção visando a impedir sua destruição
- 4 – Referência: política de acesso e uso dos documentos
(PAES, 1997, p. 122)

Rodrigues (2004, p. 94) afirma que “cada uma dessas atividades envolve um planejamento dirigido para cada fundo, especificamente, das várias tarefas necessárias ao seu cumprimento e uma política de descrição de caráter institucional”.

De acordo com Ferreira¹², já foram realizadas as atividades no acervo como o arranjo, a conservação e a descrição sob sua coordenação. Estas atividades foram desenvolvidas por diversas equipes que atuaram no acervo, sendo compostas por estagiários de História, Direito, Arquivologia e Serviço Social.

Ferreira¹³ afirma que no desenvolvimento das atividades arquivísticas várias dificuldades foram encontradas para a organização do acervo, pois para se montar um acervo, uma organização no sentido mais aprofundado, teria que conhecer minimamente o funcionamento do órgão. Isso não foi possível, uma vez que existem lacunas temporais muito grandes, sendo, portanto, uma documentação muito incompleta, faltando, por exemplo, informações relativas à constituição, ao funcionamento da mesma. Não foram encontrados dados que permitissem a compreensão da estrutura e funcionamento do órgão, porque o próprio acervo não dava essas respostas. As lacunas temporais aparecem, principalmente, entre as décadas de 60 e 70, décadas que a ditadura atuou com mais veemência e “nos induzem a pensar em expurgos documentais ou em transferência para lugar ignorado até o momento” (FERREIRA, 2013, p.7).

¹² FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Entrevista 1 [4 de Junho de 2014]. João Pessoa, PB, 2014. Entrevista concedida à autora

¹³ FERREIRA, IBID, João Pessoa, 2014

Um exemplo que podemos citar é o caso da queima de documentos do período militar na base aérea de Salvador-BA, Ferreira (2013, p.7) alerta para o fato de que esse fato chegou a grande imprensa, mas que outros similares tenham ocorrido na surdina.

Foi criado o projeto Compartilhando Memórias com registros audiovisuais, seguindo técnicas da história oral, com debates de ex-perseguidos políticos da Ditadura Militar que atuaram na Paraíba e no Nordeste, com ênfase na memória e na recordação, possibilitando relatos importantes para esclarecimento de lacunas deixadas na documentação do acervo. Criando assim uma documentação que irá constituir o acervo da DOPS. Costa (2014)¹⁴ detalha que, partindo das informações da fichas, eles tentavam localizar as pessoas citadas para realizar entrevistas baseadas na oralidade.

O arquivo oral seria um documento sonoro, gravado por um pesquisador, arquivista, historiador, etnólogo ou sociólogo, sem dúvida em função do assunto preciso, mas cuja guarda destinada a preservar os vestígios dos tempos passados. (VOLDMAN, 2002, p. 36)

No tocante ao acesso, o acervo está disponível para o usuário comum no site da Comissão da Verdade¹⁵, mas somente as fichas das pessoas com nome até a letra D, pois a digitalização do acervo não foi completada devido à indisponibilidade de equipamento adequado pela empresa responsável. Entretanto, o usuário pode ter acesso a todo o acervo no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, como evidenciado por Ferreira¹⁶:

[...] parte desse acervo já está disponível para qualquer usuário no site da Comissão Estadual da Verdade, da Preservação da Memória que é o site www.cev.pb.gov.br. Então, nesse site as fichas já estão digitalizadas e disponíveis para qualquer pessoa até a letra D e o resto não está ainda na Internet. E, além disso, esse espaço aqui no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, Bloco B da central de aulas [...] (FERREIRA, 2014)

Esse acesso é garantido através do Decreto n° 31.816 assinado em 29 de novembro de 2010, pelo então governador José Targino Maranhão:

Art. 1º Fica assegurado, a todos os interessados, o acesso às informações constantes dos documentos produzidos e acumulados na Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado, pelas unidades de inteligência da Polícia Civil e Militar do Estado e pelas Assessorias de informação dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, especificamente aqueles relacionados ao período do

¹⁴ COSTA, Fernando Luiz Araújo. Entrevista 2 [25 de Junho de 2014]. João Pessoa, PB. Entrevista concedida à autora

¹⁵ www.cev.pb.gov.br

¹⁶ FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Entrevista 1 [4 de Junho de 2014]. João Pessoa, PB, 2014.

regime militar no Brasil, por serem fontes importantes de interesse público e geral para o resgate da memória, para defesa dos direitos dos cidadãos e dos direitos humanos e para recuperação de fatos relevantes da história contemporânea brasileira.

Hoje os arquivos da repressão servem para uma função inteiramente diversa. Os documentos produzidos por órgãos de informação que investigava os cidadãos, hoje, são visitados por pesquisadores e por muitos daqueles que foram alvo da repressão que buscam provas documentais e reparação por parte do Estado (PEREIRA, 2013).

Em audiência da criação da Comissão da Verdade pelo Decreto N° 33.426 de 31 de Outubro de 2012, pelo Governador do Estado Ricardo Coutinho, assegurou no seu Artigo 13 que será criado o Memorial da democracia.

Art. 13. O acervo documental e de multimídia resultantes do trabalho da comissão ora criada será denominado de Memorial da democracia da Paraíba e ficará sob guarda e responsabilidade da Fundação casa de José Américo (PARAÍBA, 2012, Art. 13)

Ferreira (2014), afirma que após a conclusão da organização do acervo pelo Núcleo, este acervo irá compor esse memorial, com o aval do Conselho, junto com outras documentações que a Comissão da Verdade está identificando, como afirmado Ferreira (2014):

E na criação, no decreto de criação dessa comissão, o governador coloca que será criado o Memorial da Democracia e este acervo do DOPS irá compor esse memorial, com outra documentação mais, com muitas outras mais que a Comissão está conseguindo identificar e receber. Então essa documentação sairá daqui, claro que com o aval do Conselho Estadual, porque tudo é do Estado, ela deve voltar pro Conselho Estadual e irá compor esse Memorial. (FERREIRA, 2014)

3.3. UM NOVO DIAGNÓSTICO À LUZ DA ARQUIVOLOGIA: NOVOS OBJETOS E FONTES

Foram contempladas atividades arquivísticas no acervo como o arranjo, a conservação e a descrição, entretanto não foram realizadas atividades relacionadas à classificação, devido às lacunas que o acervo possui e o pouco conhecimento que se tem sobre a organização original do órgão.

Para alguns autores o trabalho de um arquivo só se completa com a elaboração de instrumentos de pesquisa, logo essa foi a última etapa realizada no acervo, sob a coordenação da professora Lucia Guerra:

[...] Então, foi elaborado um catálogo, que vai ser publicado, peça por peça, quer dizer, documento por documento, não é um inventário, é um catálogo, que foi preparado ... nós estamos na fase de revisão para ser publicado, talvez em CD, porque é muito volumoso [...] (FERREIRA, 2014)

Ora, se para a realização de um instrumento de pesquisa é necessário cumprir as etapas de classificação, arranjo e descrição como pré-requisito, percebe-se que a Professora Lucia Guerra enquadrou o trabalho desenvolvido no acervo nos parâmetros defendidos pela já citada acima Marilena Leite Paes.

A partir da observação livre da pesquisadora e do conhecimento formado como concludente do curso de Arquivologia, com base na literatura arquivística, acredita-se que seja necessário a elaboração de um instrumento de pesquisa adequado, inserido no processo de descrição arquivística, uma vez que o mesmo se faz na fase permanente dos arquivos. Baseando-nos nas afirmativas da professora Lucia Guerra, acreditamos que o Catálogo¹⁷ é o instrumento de pesquisa ideal para o acervo.

A finalidade do catálogo, conforme descrito por Paes (1997, p. 136) é: “agrupar os documentos que versem sobre um mesmo assunto, ou que tenham sido produzidos num dado período de tempo, ou que digam respeito a determinada pessoa, ou a lugares específicos existentes num ou mais fundos”

No trabalho de Heloisa Belloto¹⁸, a autora afirma que o “tratamento analítico ofertado pelo catálogo se aplica a fundos documentais que não possuem arranjo funcional e não existam séries homogêneas e lógicas que possibilita a descrição coletiva”, logo, isso enquadra-se corretamente na realidade do acervo do DOPS. Coadunando ainda com as ideias de Belloto podem receber esse instrumento de pesquisa, “fundos fechados de órgãos muito antigos cujos documentos sofreram, com o passar do tempo, baixas consideráveis, ou ainda séries, parte do conjunto delas de especialíssimo interesse e denso conteúdo”.

Ainda assim, faz-se necessário que a descrição arquivística para elaboração e publicação do catálogo seja nos pilares da ISAD(G), norma que estabelece diretrizes para descrição arquivística, podendo ser usada junto com as normas nacionais. O

¹⁷ O catálogo é definido pelo Dicionário de Terminologia Arquivística (2005, p. 45) como um “instrumento de pesquisa organizado segundo critérios temáticos, cronológicos, onomásticos ou toponímicos, reunindo a descrição individualizada de documentos pertencentes a um ou mais fundos, de forma sumária ou analítica”. Já Belloto (2006, p. 202) o define como “um instrumento que descreve unitariamente as peças documentais de uma série ou mais séries, ou ainda de um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem de classificação”.

¹⁸ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

objetivo é identificar e explicar o contexto e conteúdo dos documentos a fim de promover acesso aos mesmos. (ISAD (G), 2000, p.11)

Vale também ressaltar que no caso do acervo do DOPS, esse apresenta um grau de sigilo¹⁹, pois se trata de informações pessoais de indivíduos, por isso é necessário que o instrumento de pesquisa respeite os níveis de sigilo existente nos documentos.

¹⁹ O sigilo dos documentos da ditadura é garantido através da Lei 8.159/91, Capítulo V, Art. 23, § 1º: “Os documentos cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado, bem como aqueles necessários ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas são originalmente sigilosos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebemos que, apesar de sua importância e do direito de conservação e preservação, os arquivos públicos na maioria dos casos não tem o tratamento que merecem. Descaso é a melhor palavra para descrever a forma como os acervos documentais brasileiros são tratados. Esse descaso do poder público, com os suportes materiais da memória tem sido uma marca nefasta da história brasileira. Contudo, a política de arquivos, tendo à frente o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e o Arquivo Nacional, tenta combatê-lo. Mas, infelizmente, ela ainda não é uma realidade em todos os recantos do Brasil.

Na Paraíba, a situação da preservação e acesso da documentação pública carece de medidas urgentes que atendam aos interesses dos pesquisadores e da população em geral, que muitas vezes tem seus direitos de cidadania aviltados por falta de comprovação documental.

Os arquivos institucionais relacionados com a ditadura sofreram com o descaso do poder público e muitos foram suprimidos, destruídos ou mantidos sob custódia de propriedades privadas. Logo, os pesquisadores que se proponham a trabalhar com esses arquivos são surpreendidos pelas evidentes lacunas temporais, fruto do abandono público e da própria falta de compromisso de nossos gestores com a memória coletiva.

Diante disso, afirmamos que o trabalho desenvolvido no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos (NCDH) da Universidade Federal da Paraíba é de suma importância para o resgate dos direitos e preservação da história, tendo como protagonista a Professora Lúcia Guerra, que teve um papel fundamental na requisição da custódia e na organização daquele acervo.

O NCDH requisitou a custódia do acervo da DOPS paraibana a fim de proporcionar proteção aos documentos e resgate dos direitos através dos documentos e realizou atividades arquivísticas como conservação, arranjo e descrição.

Através da entrevista realizada com a Professora Lúcia Guerra e da observação livre realizada no acervo, podemos afirmar que o acervo da DOPS paraibana encontra-se nos parâmetros arquivísticos, comprovando nossa hipótese.

Por meio dessa pesquisa e da observação, é notório afirmar a importância do catálogo como instrumento de pesquisa mais adequado para a realidade do acervo, pois trata-se de um acervo incompleto, com lacunas temporais, e não possui séries homogêneas e lógicas que possibilite a descrição coletiva. Sendo que, é necessário que a

descrição arquivística para elaboração e publicação do catálogo seja nos pilares da ISAD(G).

Esse estudo foi além do aparente e exclusivo interesse pela investigação histórica, destacando a importância do acervo, que permite reavivar a história, assegurar direitos e lutar pelo fim da violência institucional, tão bem retratada no conjunto documental da DOPS. Além disso, esse estudo demonstra que a aplicação prática da Arquivologia aplicada a um acervo institucional permanente e mostra a importância do Núcleo e dos arquivos para a geração de conhecimento. Arquivos estes que trazem informações extremamente relevantes acerca de um período mal documentado da nossa história, que foi a Ditadura Militar, e que poderiam estar trancados em depósitos abandonados, sendo destruídos pelo tempo.

Essa iniciativa teve o objetivo de mostrar a riqueza e potencial de pesquisa do acervo na tentativa de despertar o interesse de outros pesquisadores e servir de estímulo a procura de arquivos institucionais ainda desconhecidos. Além de mostrar a importância da Professora Lúcia Guerra na requisição, integração e organização do acervo da DOPS no estado da Paraíba, especialmente no tocante ao protagonismo ao qual aquela pesquisadora esteve diretamente ligada, quando as atividades arquivísticas passaram a ser executadas sob sua liderança.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. Ed. Editora FGV, 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. Núcleo Regional de São Paulo. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria Estadual de Cultura, 2005.

BAUER, Caroline Silveira; GERTZ, René E. **Fontes sensíveis da história recente**. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (orgs.). *O historiador e suas fontes*. 1ª Ed, 2ª Reimpressão São Paulo: Contexto, 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo : T. A. Queiroz, 2009.

_____. **O Sentido Dos Arquivos**. Belo Horizonte. In: I Ciclo de Palestras da Diretoria de Arquivos Institucionais – DIARQ. Disponível em: https://www.ufmg.br/diarq/anexos/wfd_14012774465385cc06bbb48--fala_bellotto.pdf Acesso em 14 de jul 2014.

BRASIL. **Lei Nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em 14 jul. 2014.

BRITO, Ana Paula; ANDRADE, Suelen de; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; **Arquivo do DOPS: Patrimônio Cidadão**. In: XI Encontro de Extensão, João Pessoa, PROBEX, 2009.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **NOBRADE: Norma brasileira de descrição arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p.

CÔRTEZ, Maria Regina Persechini Armond. **Arquivo público e informação: acesso à informação nos arquivos públicos estaduais do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1996.

COSTA, Arlene Xavier Santos. **Descrição Documental: Uma Proposta de Catalogação do Acervo da Delegacia de Ordem Política e Social do Estado da Paraíba**. João Pessoa: UEPB, 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia).

_____; et. al; **Documentação da Ditadura Militar: Memória e Cidadania**; IX Encontro de Extensão – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Paraíba, 2007.

COSTA, Fernando Luiz Araújo. Entrevista 2 [25 de Junho de 2014]. João Pessoa, PB. Entrevista concedida à autora

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DELMAS, Bruno. **Manifesto for a Contemporary Diplomatics: from institutional documents to organic information**. The American Archivist, Chicago, 59 (4): 438-452, 1996.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva. 2003.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Organização de Arquivos e a Construção da Memória**. In: SAECULUM. Revista de História. João Pessoa, v. 1, p. 50 - 58 jul. /dez. 1995.

_____. **A Especialização em Organização de Arquivos na UFPB**. In: SAECULUM II. Revista de História. João Pessoa, jul. /dez. 1996.

_____. **Reflexões sobre os registros da repressão: o arquivo DOPS-PB**. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal – Rio Grande do Norte, 2013.

_____. **Entrevista 1** [4 de Junho de 2014]. João Pessoa, PB. Entrevista concedida à autora.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FRANCO, Celina M.; BASTOS, Aurélio W. **Os Arquivos nacionais: estrutura e Legislação**. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-28, jan./jun. 1986.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ISAD(G): norma geral internacional de descrição arquivística: Adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 10-22 de setembro de 1999 / versão final aprovada pela CIA – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

JARDIM, J.M. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. *Ciência da Informação*, Brasília, v.25, n.2, p.1-13, 1995.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 7. ed. 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução Bernardo Leitão. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

LOPES, Luis Carlos. **Projeto de organização dos arquivos da DCTEC**. Brasília, 1994. digit.

LUNA, Guanambi Tavares De. **A Atuação Da Dops Paraibana No Período Militar (1964-1974)**. 2007. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes, Paraíba, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. Editora Contexto, 2007

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O ofício das sombras** in: Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte v. XLII, n. 1, jun. 2006. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/O_oficio_das_sombras.pdf >. Acesso em: 15/06/2014.

PAES, Marilena Leite. **Arquivos: Teoria e Prática**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

PEREIRA, Luciana Lombardo Costa. **Nos arquivos da polícia política: reflexões sobre uma experiência de pesquisa entre os papéis do Dops do Rio de Janeiro**. Arquivos da Repressão e da Resistência – Comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura, p. 267, 2013.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. **Uma Análise da Teoria dos Arquivos**. 2004. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Escola de Ciência da Informação, Minas Gerais, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Yves & COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Trad. de Magda Bigotte de Figueiredo. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1998.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de Sousa. **Os arquivos montados nos setores de trabalho e as massas documentais acumuladas na administração pública brasileira: uma tentativa de explicação**. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v. 21, n. 1, jan./jun. 1997, p. 31-50.

VOLDMAN, Daniele. **A invenção do depoimento oral**. In: FERREIRA, Marieta. AMADO, Janaína (orgs). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2002.

TRIVIÑOS. Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Transcrição da entrevista com a professora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira realizada no dia 04 de Junho de 2014

FELICIA: A partir da sua formação como historiadora e dentro das suas leituras de história social, como foi o contato com a realidade arquivística paraibana?

LÚCIA DE FÁTIMA: O meu contato com a arquivística paraibana começou na minha graduação em História. Eu tive a oportunidade de ser bolsista do Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR) e um dos projetos que eu participei foi justamente relacionado a organização do arquivo histórico do Estado, então, como eu fui bolsista do NDIHR nessa área foi quando eu tive esse primeiro contato e vi a necessidade de organização daquele acervo, estava muito desorganizado e o nosso projeto de organização pelo NDIHR não teve continuidade, trabalhamos apenas 1 ano e não teve continuidade. Depois disso, depois que eu me formei, isso foi quando eu era aluna, eu tive outra oportunidade, quando me formei, fiz meu mestrado, então tive o contato com a realidade arquivística como pesquisadora, fazendo o mestrado, mas atuando, assim, mais diretamente, depois quando eu entro na universidade, foi atuar dentro do NDIHR de novo, agora já como professora, e desenvolvemos projetos nessa área de organização de acervos. Então, foi uma área que eu sempre tive essa vinculação. Nós fizemos um projeto de cadastro das entidades paraibanas que tinham acervos que poderiam ser úteis para a pesquisa histórica, sobre história da Paraíba...

FELICIA: Dentre eles, algum tinha acervo da ditadura?

LÚCIA DE FÁTIMA: Não, nessa época não, nessa época eu não tinha essa preocupação, isso foi em 87, 88, por aí, eu entrei na universidade em 85.

E nesse cadastro nós identificamos vários acervos e, um deles, que foi o da Arquidiocese da Paraíba, Dom José à época era o arcebispo e ele se colocou interessado que a universidade pudesse organizar, porque o acervo da Arquidiocese estava totalmente desorganizado. Então, nós fizemos um projeto específico para trabalhar com esse acervo e passamos 3 anos trabalhando no acervo da Arquidiocese e terminou o arquivo pronto, identificado, organizado, descrito, todas as etapas, foi realmente um projeto modelar (? 2:33), esse da Arquidiocese, por que nós fizemos todas as etapas, chegando até a produção de instrumentos de pesquisa, deixando ele aberto ao público...

FELICIA: O acesso, não é?

LÚCIA DE FÁTIMA: Isso, o acesso. Isso para o arquivo histórico, não trabalhamos com o arquivo corrente. E nesse momento, trabalhamos o arquivo como um todo. Então, esse meu contato com a realidade arquivística Paraibana foi justamente nesse sentido de buscar esses acervos para a pesquisa histórica e vendo que esses arquivos não estavam organizados, então, eu com outros historiadores nos propomos a trabalhar, fazer uma intervenção, que seria um papel do arquivista.

FELICIA: Mas nessa época já existia o curso de Arquivologia?

LÚCIA DE FÁTIMA: Não existia o curso de Arquivologia, não existia, o curso de Arquivologia é bem recente. Isso é da década de 80, década de 90, então não exista curso de Arquivo. Então, um grupo de historiadores começou a entrar nos arquivos para organizá-los, para em seguida realmente usá-los.

FELICIA: Para fazer pesquisas, não é?

LÚCIA DE FÁTIMA: Para fazer a pesquisa. Então, meu contato com a realidade arquivística foi justamente nesse sentido, como pesquisadora, diante do quadro de desorganização dos arquivos, então eu, e não só eu, mas outros historiadores também daqui do Departamento de História, começaram a atuar nesse papel de organização desses arquivos, tendo em visto que eles não estavam disponíveis para o pesquisador. Então, foi essa a minha entrada nos arquivos, pensando nessa etapa anterior à da pesquisa e então, foi assim que me iniciei na realidade arquivística. Entendeu? Como uma historiadora que vai pesquisar, o arquivo não está organizado, então vamos trabalhar, e aí esse trabalho nosso serviu, não só para nossas pesquisas especificamente, mas ficaram para outros pesquisadores terem acesso. Então esse foi meu contato inicial com a realidade arquivística. Foi ver que o historiador tinha dificuldades em desenvolver o seu trabalho diante da desorganização dos arquivos na Paraíba.

FELICIA: Em que noção teórica e prática a Senhora se baseou para se aproximar da área?

LÚCIA DE FÁTIMA: A nossa formação aqui na UFPB e o Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, desculpem, o NDIHR na época que eu estou ... o NDIHR, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, ele tinha uma vertente muito próxima da Heloisa Bellotto, então todo o nosso trabalho teve a fundamentação teórica nos ensinamentos da Heloisa Liberalli Bellotto; nós tínhamos a professora Rosa Godoy, que era coordenadora do Núcleo, do NDIHR, paulista, então tinha um conhecimento com a Heloisa Bellotto, então várias vezes a professora Heloisa veio ao NDIHR pra prestar uma assessoria na organização do arquivo da Arquidiocese, ela veio também, então essa base nossa é justamente, é essa base de olhar o arquivo permanente a partir dessa contribuição de Heloisa Bellotto, que ela tem uma linha, vamos dizer assim, mais europeia, ela tem essa vertente mais europeia, embora a gente tenha conhecimento da vertente canadense e outras, mas nós tivemos, assim, uma base mais nessa vertente.

FELICIA: Como se deu o seu interesse na organização de acervos institucionais e na avaliação documental de instituições paraibanas contribuindo para reavivar a memória social?

LÚCIA DE FÁTIMA: Então, veja a questão dos acervos institucionais começa, como eu disse, a partir desse cadastro de entidades detentoras de arquivos que nós fizemos, e aí fomos para um arquivo institucional, que foi o da Arquidiocese. Outras pessoas dessa mesma equipe foram para outros acervos, certo, então foi um momento em que o NDIHR atuou muito em vários acervos institucionais em parceria, ou seja, era uma atividade de extensão da universidade, porque nós estávamos atuando nos acervos fora da universidade, mas depois, já na década de 90 mesmo, é quando eu começo a me voltar para o acervo da própria UFPB, porque nós estávamos trabalhando, contribuindo para esses arquivos externos e na própria universidade nós também identificamos a dificuldade de se pensar uma história da UFPB, porque para se pensar a história da UFPB se precisava do acesso a essa documentação, então foi quando nós começamos a ir atrás desses acervos institucionais da própria UFPB, e aí começamos pelo nosso centro, eu sou do CCHLA, o Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes, e o que é que nós identificamos na década de 70? A documentação em um depósito com goteira, um verdadeiro lixo.

FELICIA: Uma massa documental...

LÚCIA DE FÁTIMA: Uma massa documental abandonada. Começamos a trabalhar, se tirava com pá documentos totalmente perdidos pela chuva, pelos insetos. Então, isso foi na década de 90. Retiramos essa documentação que estava em um depósito atrás do auditório e começamos a fazer esse trabalho com o acervo do CCHLA, certo, no estado precaríssimo, ou seja, perdeu-se muita coisa. Então, essa foi uma aproximação dentro do arquivo da UFPB, o arquivo institucional na década da 90. Só que, em seguida, em 2001, estávamos já concluindo o arquivo do CCHLA, surge uma demanda..., sim, então, trabalhando nesse arquivo nós víamos de tudo e começamos a ver, dentro do CCHLA, documentos a respeito da ditadura, de professores que haviam sido perseguidos, dentro desse acervo, mas, assim, um montante muito pequeno, muito irrelevante. Nos chamou a atenção, mas não foi algo que investimos.

FELICIA: Não tinha conhecimento se eles fossem fichados no DOPS?

LÚCIA DE FÁTIMA: Não, não, nós não tínhamos, somente alguma punição, alguma coisa assim, mas muito pouco. O que é que acontece? Quando, em 2001, nós temos a comissão de anistia começa a trabalhar no sentido da indenização, da reparação financeira, daquelas pessoas que foram perseguidas pela ditadura. E, a partir daí, começam a chegar pedidos de professores, de ex-alunos, querendo a documentação que comprovasse que efetivamente ele havia sido punido pela universidade. E aí, aonde vamos encontrar essa documentação? No CCHLA, pouquíssimo. E aí, nós descobrimos que o arquivo geral da reitoria também tinha seus depósitos, porque o arquivo geral da reitoria, desde que eu o conheci, ele era muito “arrumadinho”, certo; só que, por trás dele, em outro espaço, tinham depósitos com a massa documental da década de 70; esse arquivo da reitoria era mais recente; e toda essa parte da década de 60 e 70, e até de 50, que a universidade é de 50, estava em um depósito também abandonado, então foi essa demanda que veio, a partir de 2001, que levou a se formar um grupo para entrar nesses depósitos e a busca era buscar a documentação dos perseguidos pela ditadura militar, certo, então a partir eu vou fazer projetos de PIBIC com os alunos para estudar a ditadura na UFPB. Então, essa foi, nesse sentido, dos acervos institucionais, o que é diferente do DOPS. Então, passando agora para o DOPS. O DOPS não é, eu não sei se vai ter outra pergunta sobre isso... Então esse aí é meu interesse na organização dos arquivos institucionais, fazer a história das instituições.

FELICIA: E reavivar a memória...

LÚCIA DE FÁTIMA: Reavivar a memória social a partir dos dados que estão nos documentos, ou seja, o historiador ele não faz literatura, não é ficção, ele precisa dessa fundamentação documental para trabalhar essa memória, então foi nesse sentido que eu fui trabalhar nesses arquivos.

FELICIA: O fato da senhora ter sido uma testemunha da ditadura militar lhe influenciou no seu trabalho como pesquisadora sobre a repressão e a resistência no acervo da DOPS? E de que forma?

LÚCIA DE FÁTIMA: Bom, quando o Golpe foi dado em 64, eu tinha 8 anos de idade, mas a minha adolescência e o meu curso superior, eu fiz todo dentro da ditadura. Quer dizer, a minha adolescência e meu curso superior eu realizei no período da ditadura. Nessa parte de criança, eu não me toquei muito, mas na adolescência eu fazia parte de um grupo de teatro e conheci mais a ditadura pelo seguinte: porque muitas das nossas peças foram censuradas. Então, nós ensaiamos, ensaiamos, e no final não podia montar, por exemplo, Bertolt Brecht, Fernando Arrabal, que são textos contestatórios e não eram diretamente com relação à ditadura na Paraíba, do Brasil. O de Fernando Arrabal era sobre questões na Espanha, da ditadura de Franco. Ou Bertolt Brecht que tinha um visão bem comunista, socialista da história, mas esses textos nós tentamos montar e alguns deles, depois de a gente ensaiar, ensaiar...

FELICIA: Eram proibidos ...

LÚCIA DE FÁTIMA: A censura dizia que não podia. Então, esse foi o nosso contato, de querer, como adolescente de um grupo de teatro, querer fazer algo e ver que não era permitido. Quer dizer, eu não sofri diretamente nada, mas essa era uma ação que nós estávamos fazendo e, de alguma forma, foi reprimida. Quando eu entrei na universidade, continuei ainda no grupo de teatro, então fiz parte do grupo de teatro do DCE, certo, e esse momento, foi um momento difícil, porque à época ainda era tudo sob intervenção. Então, a minha geração, foi a geração que começa a lutar pelo DCE livre, então nós fazíamos também esquetes, então a esquete é aquela pecinha curta que você não precisa pedir aval à Censura, você vai e apresenta em um evento, em uma

calourada, então nós fazíamos essas pecinhas de críticas rápidas ao sistema como um todo ou a reitoria à época, então passávamos sem maiores problemas, porque não tinha que pedir autorização. Então, dentro da universidade, que eu enfrentei foi isso, a mobilização das correntes se formando dentro da universidade para tentar um DCE livre, que não fosse mais sob intervenção, então eu passei esse momento na década de 70. Na década de 80, ele já se afirma, mas aí eu já estou fora da universidade. Então, outro elemento que me motivou, e eu fica assim sempre querendo saber algo mais, porque eu também tive um tio que foi cassado, ele era militar, era do exército, e ele foi, logo depois do golpe, como ele era de um grupo que apoiava João Goulart, então ele foi reformado, ou seja, ele foi aposentado forçadamente. E aí ele volta pra Paraíba, porque ele morava no Rio de Janeiro, então era uma figura na família que a gente sabia que tinha sido caçado e era o tempo todo fiscalizado. Quando ele volta, ele vai fazer o curso de medicina, já era adulto, não era mais jovem, então ele morava na casa da minha vó e sempre tinha investigação sobre ele, sobre o que ele estava fazendo no curso de medicina, o que ele inventasse no curso, sempre alguém passava lá na casa de minha vó pra querer saber.

FELICIA: Mesmo que não tivesse nenhuma relação com a Ditadura.

LÚCIA DE FÁTIMA: É. Então foi alguém que durante a ditadura, eu sempre tive a referência desse meu tio, dela ser vigiado.

FELICIA: Constantemente.

LÚCIA DE FÁTIMA: É, constantemente. Então, como ele tinha sido ... é muito interessante a história dele, tá merecendo ainda um livro a história desse meu tio. Como ele tinha sido do exército, ele era paraquedista do exército, então o que é que ele inventa? Ele conhecia o Amazonas, aquelas tribos todas, então ele inventa de levar todos os colegas dele ... na época tinha o RNDOM, o projeto RNDOM, só que, ao invés do pessoal ir pro RNDOM, ele inventa de levar esse pessoal para conhecer os índios e conhecer o Xingú, ele faz uma expedição, isso sai em todo jornal, em todo canto, o que danado ele tava inventando de levar esses alunos ... aí como ele tinha amizade de todo jeito no exército, ele consegue um avião da FAB, o pessoal viaja pra conhecer o Xingú, então isso é noticiado, e temos a ficha dele aqui.

FELICIA: No DOPS?

LÚCIA DE FÁTIMA: Eu tenho a ficha desse meu tio aqui no DOPS. Então foi algo familiar, que também me chamava a atenção nesse período. Mas, com relação ao acervo propriamente dito, eu acho que a próxima pergunta, talvez a gente possa ver na próxima pergunta...

FELICIA: É, isso, quais os desafios encontrados pela senhora na construção e organização do acervo da DOPS, uma vez que foi protagonista do mesmo?

LÚCIA DE FÁTIMA: Então, veja, da organização do ... como ... porque eu to achando, bom, essa aqui é dos desafios ... porque na outra pergunta você diz o seguinte: como se obteve conhecimento ... eu acho que essa pergunta, inclusive, é anterior ... a 6 é anterior ... então eu vou responder primeiro a 6 ..

FELICIA: Como se obteve conhecimento sobre o acervo do DOPS e de que forma o mesmo foi construído?

LÚCIA DE FÁTIMA: Então, veja, em 1993 a documentação da DOPS (Delegacia de Ordem, Política e Social) foi identificada, foi achada em um depósito dentro da Secretaria de Segurança Pública. E por que se foi procurar essa documentação? Porque foi achada pelo seguinte: em 92, o governo Ronaldo Cunha Lima criou o Conselho Estadual dos Direitos do Homem e do Cidadão. Quando ele cria esse Conselho dos Direitos do Homem e do Cidadão, os componentes deste conselho reivindicam que gostariam de saber onde está a documentação sobre a ditadura, era justamente a violação dos direitos humanos, a comprovação da violação dos direitos humanos, então o governador manda identificar e acham esse conjunto documental dentro de um depósito dentro da Secretaria de Segurança Pública. O que é que o governador faz? Pega essa documentação e doa para o Conselho Estadual; na verdade foi um encaminhamento incorreto, essa documentação tinha que ter ido para o arquivo. Tá entendendo? Porque é uma documentação produzida pelo Estado, mas ele, no contexto histórico da pressão dos Direitos Humanos, etc, ele então pega o conjunto documental e passa para o poder do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão. Hoje esse nome é reduzido, é apenas Conselho Estadual de Direitos Humanos,

mas na época tinha esse nome longo. Então, isso é em 93. Em 96, logo 3 anos depois, eu estava no NDIHR e o nosso grupo, aquele grupo de documentaristas, vamos dizer assim, sabendo da existência desse conjunto documental, apresentamos um projeto para organizar esse acervo, em 1996. Só que precisávamos de estagiários, precisávamos de um mínimo material de consumo para higienização, etc, e o Conselho não tinha como pagar, então nós não podemos implementar esse projeto em 96, então morreu aí, esquecemos o DOPS, não tem o que fazer.

Por ironia do destino, em 2006, 10 anos depois, eu já não estou mais no NDIHR, já estou na Comissão de Direitos Humanos, no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, que é esse aqui, e aí surge um projeto para os alunos de direito conhecer um pouco das questões da violência institucional do Estado. Então, nós aproveitamos e colocamos então o DOPS de novo, porque o DOPS é a expressão da violência do Estado contra o cidadão. Então, mais um vez voltamos para o Conselho Estadual e agora já temos os bolsistas, nós já temos os alunos deste projeto e vamos trabalhar lá. Só que a sede do ... nós vamos enfrentar várias dificuldades, porque a sede do conselho tinha dificuldade de ter pessoal lá para abrir; então, os alunos iam pra lá e tava fechado, o funcionário não ia, então foram dificuldades operacionais de entrar na sede, por problemas de infraestrutura deles próprios. Então, a partir daí nós fizemos um acordo, assinamos um termo de custódia. À época o presidente do conselho era Noaldo Meireles, então foi assinado um termo de custódia temporária para que essa documentação saísse do conselho e viesse pra cá p UFPB.

FELICIA: Então essa custódia é temporária?

LÚCIA DE FÁTIMA: Ainda está valendo. Desde essa data ... não foi 2006, mas acho que 2007, 2008, por aí, foi quando essa documentação ... se ficou tentando trabalhar lá, etc, com muita dificuldade, então, inclusive, esse projeto acabou, porque tinha data pra acabar e nós não terminamos o trabalho de jeito nenhum por conta dessas dificuldades todas. Então, é a partir daí que essa documentação vem para cá, para o NCDH, mas, assim, essa custódia é temporária, enquanto nós organizamos, fazemos os instrumentos, tudo que deve ser feito, ficaria aqui para em seguida nós devolvermos; só que entra outro elemento, que eu falaria em outra questão, mas eu já vou adiantar, é que foi criada a Comissão da Verdade Estadual da Preservação da Memória. E na criação, no decreto de criação dessa comissão, o governador coloca que será criado o Memorial da

Democracia e este acervo do DOPS irá compor esse memorial, com outra documentação mais, com muitas outras mais que a Comissão está conseguindo identificar e receber. Então essa documentação sairá daqui, claro que com o aval do Conselho Estadual, porque tudo é do Estado, ela deve voltar pro Conselho Estadual e irá compor esse Memorial. Então, foi assim que obtive conhecimento sobre o acervo e foi assim que essa documentação foi constituída, justamente a partir da atividade dessa delegacia. Então, o acervo que se tem é a partir desse cotidiano.

FELICIA: Certo. Então a gente pode voltar pra questão 5, que são os desafios encontrados, que a Sra já começou a responder, na construção e organização do acervo da DOPS na Paraíba.

LÚCIA DE FÁTIMA: Então veja, quais foram as dificuldades na organização? É uma documentação muito incompleta; o que nós temos aí, nós podemos dizer que são resquícios do que foi esse acervo. Veja que as 3 décadas ... 2 década e meia (60, 70 e 85) da Ditadura, nós temos aqui, 90% da documentação que nós temos aqui é só da década de 80, ou seja, de 80 a 85.

FELICIA: Os anos mais recentes.

LÚCIA DE FÁTIMA: Os anos mais recentes e que já não tinha mais tanta repressão. Quer dizer, a documentação da década de 60 e 70 é mínima, então, qual é o grande desafio? Quer dizer ... é enfrentar essas lacunas que estão postas aí a olhos visto. E ainda mais, como ela é esse resto, é o que restou, nós não encontramos documentos que falavam da sua estrutura, da sua organização, um organograma, então faltam esses documentos de estrutura, porque pra a gente montar um acervo, uma organização no sentido de fundos, séries, subséries, você tem que conhecer minimamente o funcionamento daquele órgão. E aí nós encontramos essas dificuldades de não ter esses parâmetros. Como ela realmente estava constituída? Como funcionava essa delegacia? Então, os desafios foram esses ... compreender o seu funcionamento, porque o próprio acervo não nos dava essas respostas, porque ele é muito incompleto, ele é, assim, uma representação do que foi essa documentação; até hoje estamos em dificuldade, depois que tanto anos, e ainda não temos de como devem ficar as séries, até hoje não fechamos esse quadro de arranjo por conta de informações que ainda nos faltam. Então foi o

grande desafio para trabalhar na organização, tá entendendo? A falta de informação sobre o seu funcionamento, essas lacunas enormes que dificultam a compreensão do órgão.

FELICIA: Certo. Então essa questão aqui eu creio que a Sra. até já respodeu. Que é “como se deu o processo de requisição e integração da documentação ao fundo documental DOPS na Paraíba, atrelado ao Núcleo?”

LÚCIA DE FÁTIMA: Justamente. Diante das dificuldades de acesso à Sede do Conselho Estadual para ter acesso à documentação, firmou-se um termo de custódia e a documentação veio temporariamente, até a finalização dos trabalhos, ficar sob responsabilidade da UFPB.

FELICIA: Certo. Então, quais os tipos de documentos encontrados no acervo, que tipos de tipologias podemos dizer que se apresentam em comum?

LÚCIA DE FÁTIMA: O que predomina nesse acervo são as fichas cadastrais, nós temos mais 6000 fichas

FELICIA: De fichados na DOPS.

LÚCIA DE FÁTIMA: É, de fichados na DOPS. De pessoas que foram fichadas na DOPS. Então, são essas fichas que nós temos. Só que essas fichas, elas remetem a prontuários e esses prontuários nós não temos, temos pouquíssimos prontuários. O prontuário seria justamente o dossiê da pessoa, as informações que iriam se somando ao longo da vida da pessoa. Só que nós temos pouquíssimos prontuários. Mas essas fichas cadastrais sempre trazem o número do prontuário, mas o prontuário é inexistente. Alguém deu fim ou durante aquele período em que eles estavam lá, sem condições, foram destruídos ... ou alguém realmente tirou, porque é um montante fora de série e tudo isso ter se perdido. Então, nós temos as fichas, que remetem a prontuários, nós também temos prontuários, mas em pequeno número e temos processos ... então dentro dos processos, aí você tem uma série de documentos, mas que compõem o processo; às vezes, você tem um memorando, tem um ofício, tem um informativo, tem até um recorte de jornal, formando esses processos. E esses processos são processos

administrativos de funcionamento da delegacia pedindo pra comprar pneu, pedindo pra comprar mimiógrafo; tem alguns processos que são do funcionamento administrativo e temos processos que são de investigação das pessoas: pedido de busca, pedido de apreensão, pedido de folha corrida, ... de tirar folha corrida, porque durante muito tempo para assumir qualquer cargo, você tinha que ter a folha corrida. Então, os processos são esses: de pedido de busca, processos de investigação ou processos administrativos. E nesse sentido, nós também temos fotografia dentro dos processos, mas minimamente. Muitas dessas fichas elas tinham o local da fotografia, mas não existe mais essa fotografia. Entendeu?

FELICIA: Ah, existe o lugar que indicar que ali existia uma fotografia?

LÚCIA DE FÁTIMA: É. E dentro dos processos também tem uma ou outra fotografia solta. Agora, tem também algumas cópias, xerox de fotografias, mas também muito esparso. Ou seja, também foi retirado.

FELICIA: Qual a importância dessa documentação para a sociedade paraibana e para a história, uma vez que se trata de dados oficiais sobre a repressão?

LÚCIA DE FÁTIMA: Pois é, veja, em termos quantitativos, como eu já disse, essa documentação é muito pequena, mas, mesmo assim, ela é muito expressiva, mesmo sem ser grande em quantidade, mas é muito expressiva das atividades dos órgãos, como eles agiam. Então, a partir de um registro em uma ficha você vê que tinha alguém em uma reunião, nós temos uma ficha dizendo que alguém participou de tal reunião, ou seja, alguém estava lá, algum funcionário, algum agente estava lá presente naquela reunião, então, demonstra como funcionava. Então, essa documentação é muito relevante, porque demonstra por dentro o funcionamento de um órgão de repressão, órgão de informação e de segurança. Então, ela vai ser importante por isso, ela vai demonstrar o funcionamento e como eles agiam, como o Estado agia diante dos movimentos contestatórios ao regime da ditadura. Então, infelizmente, como eu já falei, não tem muita informação sobre os anos 60 e 70, que foram os anos mais duros, especificamente 70, mas mesmo assim dá sim pra se ter uma ideia dessa malha, dessa rede que foi formada no Brasil. E é interessante porque nós vamos ter muitos documentos que dizem respeito a outros estados, que dizem respeito a estrangeiros, ou seja, demonstra a

existência de uma rede de informação realmente conectada. Então, alguém que nunca veio aqui e, provavelmente, não veio mesmo, mas tem lá uma ficha “caso fulano apareça ele está procurado pelo Exército, pela Marinha...” então é um trabalho preventivo, a pessoa já ficava fichada, caso a aparecesse na Paraíba já tava lá a ficha para ficarem em alerta com relação àquela pessoa. Ou seja, eles recebiam essas informações de outros, do mesmo jeito que mandavam para outros Estados, alguém que era fichado aqui; então, isso é uma informação importante para conhecer essa malha, essa rede de articulação para identificar os chamados subversivos, os que estavam contra o regime.

FELICIA: Certo, então como se deu a intervenção e instrumentação do acervo a partir de critérios arquivísticos?

LÚCIA DE FÁTIMA: Em primeiro lugar, nosso primeiro contato foi a higienização, certo, então foi a primeira medida técnica de intervenção nesse acervo, foi a higienização, a retirada de clips, retirada de grampos, retirada de poeira, substituição dos clips por clips de plástico e acondicionamento em caixas poliondas e ainda nós não conseguimos as capilhas, também é outra coisa que a gente quer deixar é uma ... algo pra envolver de uma forma melhor, então esta parte ainda está precária, nós ainda não temos condições ainda de ter um acondicionamento melhor, certo. Depois dessa parte de higienização, qual foi a questão? Foi a leitura desses documentos para a sua descrição. Então, foi elaborado um catálogo, que vai ser publicado, peça por peça, quer dizer, documento por documento, não é um inventário, é um catálogo, que foi preparado ... nós estamos na fase de revisão para ser publicado, talvez em CD, porque é muito volumoso. Então, partimos para a descrição dos documentos, foi a outra etapa. E uma outra etapa que nós já cumprimos nessa parte de tratamento técnico foi a sua inserção em um banco de dados. Então, toda essa documentação está referenciada no banco de dados do Memórias Reveladas. O projeto Memórias Reveladas do Arquivo Nacional está lá acessível toda a documentação ... todas as pessoas que estão aqui elas aparecem lá.

FELICIA: Que foram fichados na DOPS da Paraíba?

LÚCIA DE FÁTIMA: Todos estão lá. E todos que são referenciados nos processos,

todos estão lá. Só que lá é apenas um informe muito rápido, não tem o resumo mais completo do documento, mas é só para saber, é uma referência que aqui tem uma documentação sobre tal pessoa. Mas no nosso catálogo não, aí tem uma síntese, tem alguma informação nesse catálogo que nós pretendemos lançar ainda este ano nos 50 anos do Golpe.

FELICIA: Quantas pessoas fizeram este trabalho com a Sra?

LÚCIA DE FÁTIMA: Olha, eu vou ter que recuperar esta listagem quando for publicar este catálogo, porque as equipes que passaram aqui foram muitas equipes de alunos.

FELICIA: Sempre projetos...

LÚCIA DE FÁTIMA: Sempre projetos, então os alunos são bolsistas, ficam 1 ano, 2 anos, vem outro grupo, vem outro grupo, um grupo revisa o trabalho do outro, às vezes faz retrabalho.

FELICIA: E assim deu continuidade...

LÚCIA DE FÁTIMA: E, assim, passaram-se anos e anos, e eu estou louca para terminar isso ainda este ano dos 50 anos e dizer o produto está aqui, certo ... então, foram estas etapas que nós seguimos: higienização, descrição, tá entendendo ... não houve descarte algum, porque era uma documentação que já era mínima, então houve avaliação para descartar.

FELICIA: Esses são documentos permanentes...

LÚCIA DE FÁTIMA: Essa é uma etapa com documentos permanentes, não teve essa etapa. E essa etapa da descrição, claro, que é publicação do instrumento de pesquisa

FELICIA: Quais os desafios na atualidade no tocante a esse acervo?

LÚCIA DE FÁTIMA: Bom, o grande desafio é a digitalização, certo, nós queremos terminar esse ano também com todo o acervo digitalizado. Diante do interesse da

Comissão Estadual da Verdade, da Preservação da Memória do Estado da Paraíba, se conseguiu a digitalização de parte desse acervo. Então, uma firma ... o governo do estado tinha uma firma contratada para digitalizar outras documentações, outros documentos, e nós conseguimos ... essa firma digitalizou todas as fichas, mais de 6000 fichas estão digitalizadas, inclusive já estão disponíveis no site da Comissão Estadual, qualquer cidadão pode ter acesso a todas as fichas ... não todas, porque não coloram no site todas, só colocaram até a letra D, tem o resto ainda para ser colocado, só que falta a digitalização dos processos. Então, nós ainda estamos tentando como digitalizar esses processos, porque como o tamanho ...

FELICIA: São mais numerosos ...

LÚCIA DE FÁTIMA: É, a questão é muito mais o papel, porque como é um papel frágil, então aquela máquina que foi utilizada para ficha não dá para ser usada, porque a máquina das fichas é uma máquina de tração, que a ficha passa por dentro da máquina. Então, o processo não pode passar por dentro, porque ele é muito frágil e também o tamanho dele que não é A4, muitos documentos são além do A4 e normalmente as telas dessas máquinas que nós temos aqui são tamanho A4, então, fica passando informação, então nós ainda não ... claro que existem as planetárias, que dão conta, mas nós não tivemos acesso de ninguém contratar ou pagar para fazer essa digitalização, então estamos com essa dificuldade e, infelizmente, à época, há um ano atrás, mais ou menos, nós tivemos a proposta do Arquivo Nacional para digitalizar essa documentação e nós não aceitamos porque a comissão afirmou ... disse que ia digitalizar o acervo. Só que quando vem digitalizar, a firma só foi até a metade, tá entendendo? Na firma só foi pelas fichas, porque essa firma não tem essa planetária para fazer a digitalização do resto. Então, nós ficamos no meio do caminho e perdemos a chance, porque o Arquivo Nacional tinha um projeto justamente do Memórias Reveladas que estava se dispondo a digitalizar a documentação dos estados. Só que nós já estávamos com o processo iniciado, a firma disse que ia digitalizar tudo, então, não, não precisa que no próprio estado vai ser feito. No passar do tempo, quando termina uma etapa ... quando vai chegar a etapa seguinte, diz não tem condições ... então estamos assim ... essa é a grande dificuldade, digitalização ... porque ...

FELICIA: No momento, não é?

LÚCIA DE FÁTIMA: No momento é essa, certo, porque estamos só na parte de revisão e concluir alguns ajustes nessa, nessa classificação da documentação. Estamos aguardando uma visita do ... da equipe do arquivo de Pernambuco, do estado de Pernambuco, porque tem um acervo DOPS imenso, então nós estamos pedindo uma assessoria técnica para nos ajudar nesse fechamento desse ... da organização do acervo, porque, realmente, este ano temos que concluir esse processo.

FELICIA: A custódia do acervo da DOPS encontra-se nos parâmetros arquivísticos de acordo com a ISAD(G)?

LÚCIA DE FÁTIMA: Sim, nossa ... essa responsabilidade é temporária, nós não somos proprietários legais ... mas a custódia também pode ser assim, você pode entrar com ela temporária e agora quando formos fazer a publicação do catálogo nós vamos seguir as normas de descrição ... nós já elaboramos toda a descrição, mas de uma forma mais simples; agora, na hora de fazer a publicação, nós vamos usar, ajustar às normas; mas já está nos níveis, aquelas orientações da ISAD(G) ... já estamos seguindo.

FELICIA: Então, professora, agora a última: Como esse acervo pode ser acesso nos dias atuais pelo usuário comum?

LÚCIA DE FÁTIMA: Bom, então, veja, parte desse acervo já está disponível para qualquer usuário no site da Comissão Estadual da Verdade, da Preservação da Memória que é o site www.cev.pb.gov.br. Então, nesse site as fichas já estão digitalizadas e disponíveis para qualquer pessoa até a letra D e o resto não está ainda na Internet. E, além disso, esse espaço aqui no Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, Bloco B da central de aulas, está aqui aberto manhã e tarde com os nossos estagiários. Então alguma pessoa interessada pode vir pesquisar nessa documentação. Claro que é algo sem as condições, porque, aqui, nós não somos uma instituição arquivística, apenas esse acervo está aqui, temporariamente; então é meio precário, não temos espaço para consulta, é um ambiente que não é adequado, mas ele está aberto. E, além disso, nós estamos com essa documentação toda disponível porque tem um decreto do Estado (o decreto é o número 31.816 de 29 de novembro de 2010) foi um decreto assinado pelo governador José Targino Maranhão, que dispõe sobre o acesso aos documentos produzidos e acumulados por órgãos de inteligência e informação, especificamente aqueles

relacionados com o período do Regime Militar no Brasil no âmbito do estado da Paraíba, ou seja, em 2010, o governador dá pleno acesso a toda essa documentação. Então, ela é disponível, ela é aberta, agora qual é a questão que entra tão aí quanto em nível nacional? É que a responsabilização, que poderá vir de alguém contestar, é de responsabilidade do pesquisador. O pesquisador é que assume, caso ele divulgue algo a partir da informação que está aqui no acervo e o indivíduo se sinta prejudicado, então, quem vai ser responsabilizado é aquele pesquisador que divulgou. Então, o decreto fala isso e se tem esse termo de compromisso dizendo que você é quem assume ... quem vem pesquisar aqui, você é quem assume a divulgação. Não vai ser o estado, não ser aqui o Núcleo de Direitos Humanos.

FELICIA: É o próprio pesquisador.

LÚCIA DE FÁTIMA: É o próprio pesquisador que assume, porque, veja, tem essas documentações sobre alguém que protestou contra a ditadura, foi considerado subversivo, mas nesse acervo tem outro tipo de informação que não é diretamente política, é pessoal; porque tem informação, por exemplo, dizendo sobre a condição sexual da pessoa, tem gente lá dizendo que a pessoa é lésbica ou que a pessoa tem tendências homossexuais. Tem informação desse tipo. Então, se alguém divulga isso e se alguém acha ruim, essa pessoa vai ser responsabilizada. Ou diz que alguém é estelionatário, que deu golpe, então tem outras informações que não são só políticas, mas que podem dizer respeito à honra e às questões pessoais, certo, então tem esse tipo de informação também nesse acervo. Então, se torna mais complicado você divulgar, mas, de todo jeito, o que está na ficha, isso já foi publicado; agora, claro que naquele emaranhado de mais de 6000 fichas não tem tanta visibilidade. Agora, quando alguém faz um artigo que divulga, que cita, aí você tem ... pode ser que alguém venha a contestar, mas aí não é o acervo, não é o estado que vai ser responsabilizar por alguma indenização que alguém peça.

FELICIA: Existem estagiários de Arquivologia no Núcleo?

LÚCIA DE FÁTIMA: Não, nós já tivemos. Atualmente, nós só estamos com estagiários de História e de Direito, mas, ao longo desse tempo, nós já tivemos estagiários de

Arquivo também, certo, então foram várias conformações ... gente de Serviço Social, gente de História, gente de Direito, ao longo do tempo nós temos uma diversidade grande de estagiários. Agora mesmo, nós estamos com 2 aqui presentes, um é de Direito e o outro é de História ... já estão aqui trabalhando, aqui nessa documentação pra encerrar a DOPS, porque a gente já está se metendo no acervo do DCE.

FELICIA: Muito obrigada professora pelas informações, que foram de muito valor mesmo para inclusão no meu trabalho.

LÚCIA DE FÁTIMA: Ok, por nada. Eu posso te passar o decreto do governador, é muito importante.

FELICIA: É muito importante eu citar ele.

LÚCIA DE FÁTIMA: É, e você colocá-lo até como anexo também, porque é o que dá o acesso.

APÊNDICE B: Foto dos cds com gravações baseadas na oralidade do projeto Compartilhando Memórias



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

APÊNDICE C: Acervo da DOPS paraibana contendo 6.535 fichas e 60 pastas de processos, perfazendo um total de 21 caixas-arquivo



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

APÊNDICE D: Foto do bolsista e estagiário do Núcleo, Fernando Luiz Araújo Costa



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

APÊNDICE E: Divulgação do projeto Compartilhando Memórias



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

APÊNDICE F: Foto com a Professora Lúcia de Fátima Guerra Ferreira durante uma das visitas realizada ao Núcleo



Fonte: Dados da pesquisa (2014)

ANEXOS



Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas – CCBSA
Campus V – João Pessoa
Curso Bacharelado em Arquivologia

CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM

João Pessoa, 25 de junho de 2014.

Eu, Fernando Luiz Araújo da Costa
declaro que concedo o registro e o uso das imagens realizadas no dia 25/06/14 em
cumprimento as atividades de pesquisa monográfica (TCC) no Arquivo da Entidade
DOP's - PB para fins
de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Fernando Luiz Araújo da Costa

(Assinatura do responsável pelo Arquivo/Entidade).

**TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM, NOME, VOZ E DADOS
BIOGRÁFICOS**

Eu, Fernando Luiz Araújo da Costa, declaro que autorizo, de forma gratuita e sem ônus, a divulgação da minha imagem, dos _____ de minha autoria, assim como da minha história, para fins de exercício sobre as técnicas de coleta de dados de pesquisa, desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba.

Tenho conhecimento que o referido exercício está sendo realizado pela graduando(Felícia de S. B. Nunes), sob a orientação do(a) professor(a) Ramões Nunes e Silva. Igualmente que, diante do interesse do(a) graduado(a) pela pesquisa, particularmente por minha obra, caso haja desdobramento da atividade, serei antecipadamente informado.

Estou ciente de que minha imagem poderá ser apresentada em outras atividades acadêmicas, como palestras, mostras, aulas, **sempre**, sem fins lucrativos.

João Pessoa, 25 de junho 2014.

Fernando Luiz Araújo da Costa



Universidade Estadual da Paraíba
Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas – CCBSA
Campus V – João Pessoa
Curso Bacharelado em Arquivologia

CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM

João Pessoa, 04 de junho de 2014.

Eu, LÍCIA DE FÁTIMA GUERRA FERREIRA

declaro que concedo o registro e o uso das imagens realizadas no dia 04/06/14 em
cumprimento as atividades de pesquisa monográfica (TCC) no Arquivo da Entidade
DORS - RB para fins
de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Lícia Guerra

(Assinatura do responsável pelo Arquivo/Entidade).

**TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMAGEM, NOME, VOZ E DADOS
BIOGRÁFICOS**

Eu, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, declaro que autorizo, de forma gratuita e sem ônus, a divulgação da minha imagem, dos _____ de minha autoria, assim como da minha história, para fins de exercício sobre as técnicas de coleta de dados de pesquisa, desenvolvido no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso Bacharelado em Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba.

Tenho conhecimento que o referido exercício está sendo realizado pela graduando(Felícia de J. B. Nunes), sob a orientação do(a) professor(a) Raimundo Nunes Silva igualmente que, diante do interesse do(a) graduado(a) pela Pesquisa, particularmente por minha obra, caso haja desdobramento da atividade, serei antecipadamente informado.

Estou ciente de que minha imagem poderá ser apresentada em outras atividades acadêmicas, como palestras, mostras, aulas, **sempre**, sem fins lucrativos.

João Pessoa, 04 de 06 2014.

Lúcia de Fátima Guerra Ferreira